

Capítulo 1

A integração africana na economia global

Este capítulo analisa a trajetória geral do desenvolvimento em África e a sua posição na economia global desde 1990. Em primeiro lugar, analisa os determinantes, as componentes e as dinâmicas do crescimento do produto interno bruto e o impacto destas na criação de emprego e na desigualdade. A análise propõe, então, cinco razões pelas quais África necessita de melhores padrões de crescimento em função das metas de desenvolvimento da Agenda 2063. A segunda parte do capítulo examina percursos de crescimento que os mercados regionais e globais oferecem às economias africanas. O capítulo apresenta os desafios de políticas para impulsionar a competitividade interna, desenvolver mais os mercados internos e desbloquear o potencial dos investimentos.

EM SÍNTESE

Entre 2000 e 2016, África verificou fortes taxas de crescimento económico (em média, 4.6% ao ano), superiores à América Latina e Caraíbas (2.8%), mas inferiores às da Ásia em desenvolvimento (7.2%). Estas resultaram dos elevados preços das matérias-primas, de uma melhoria na gestão macroeconómica e de estratégias de diversificação do crescimento. Muitos países têm investido fortemente em infraestruturas públicas; alguns também diversificaram as parcerias comerciais, em especial com a China, a Índia e outros parceiros emergentes.

Não obstante, África sairia beneficiada se melhorasse os respetivos padrões de crescimento económico por várias razões:

- Os países africanos precisam de reforçar os impulsores do **crescimento de longo prazo**. O crescimento tem sido extremamente volátil e prevê-se que apenas três países africanos alcancem as meta de crescimento de 7% ao ano da Agenda 2063, durante o período de 2016-20.
- O crescimento não criou emprego suficiente e o emprego de qualidade continua a ser escasso. Se as tendências atuais persistirem, estima-se que a proporção de **emprego vulnerável** em África permaneça nos 66% até 2022, muito acima da meta de 41% até 2023.
- O recente crescimento em África não melhorou o **bem-estar** tanto quanto o crescimento no resto do mundo.
- Reduzir a **desigualdade** é essencial para tornar o crescimento mais inclusivo e resiliente. Se África reduzisse o seu atual coeficiente de Gini para o nível da Ásia em desenvolvimento, o crescimento entre 1990 e 2016 poderia, potencialmente, ter reduzido em 130 milhões adicionais o número de pessoas que vivem na pobreza.

Tanto os mercados globais como os regionais oferecem novos percursos para um melhor crescimento. A diversificação das exportações pode ajudar África a tirar mais partido da **integração na economia global**. O aprofundamento da integração regional, especialmente aumentando o comércio intra-africano em bens intermédios, também pode ajudar. A **procura interna em África** oferece novas oportunidades às empresas locais, tais como empresários e pequenas e médias empresas. Os governos africanos podem fazer mais para as ajudar a alcançar a produtividade global, especialmente construindo ligações industriais e desenvolvendo a capacidade local. De modo a mobilizar mais recursos financeiros para o desenvolvimento dos países, os governos africanos podem melhorar as políticas fiscais e a cobrança de receitas, incrementar a eficácia das despesas públicas e promover uma melhor intermediação financeira para canalizar a poupança para o investimento em economias locais.

A integração africana na economia global

Crescimento

O PIB africano triplicou desde 2000



Comércio

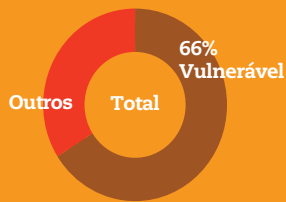
África diversificou os seus parceiros comerciais

África triplicou o seu comércio com a China, a Índia e outros parceiros emergentes

Em 2016, o comércio africano com parceiros emergentes representou:



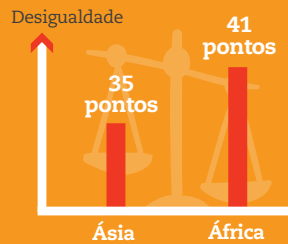
Emprego



A meta da Agenda 2063 para o emprego vulnerável de **41%** até 2023 está ainda muito longe de ser atingida

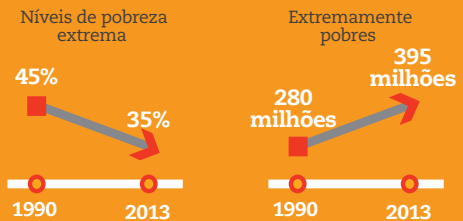
Desigualdade

Média africana no coeficiente de Gini



Pobreza

Os níveis de pobreza extrema diminuíram, mas mais pessoas vivem com USD 1.90 por dia ou menos



Opções de políticas para um melhor crescimento

Aprofundar a integração regional poderia impulsionar o PIB africano em 1%, o emprego total em 1.2% e o comércio intra-africano em 33%



Ajudar os produtores africanos a penetrar nos mercados internos em rápido crescimento



Desbloquear financiamentos privados para investimentos produtivos



Indicadores básicos: África na economia global

Tabela 1.1. Indicadores básicos para África, Ásia e ALC, 2017

	África	Ásia	ALC
População (milhares)	1 202	4 011	620
Área territorial (milhares de km ²)	30 143	25 071	20 412
Densidade populacional (habitantes/km ²)	39.9	160.0	30.4
PIB, em PPC (mil milhões USD)	6 377	45 114	9 783
PIB per capita, em PPC (USD)	5 305	11 246	15 785

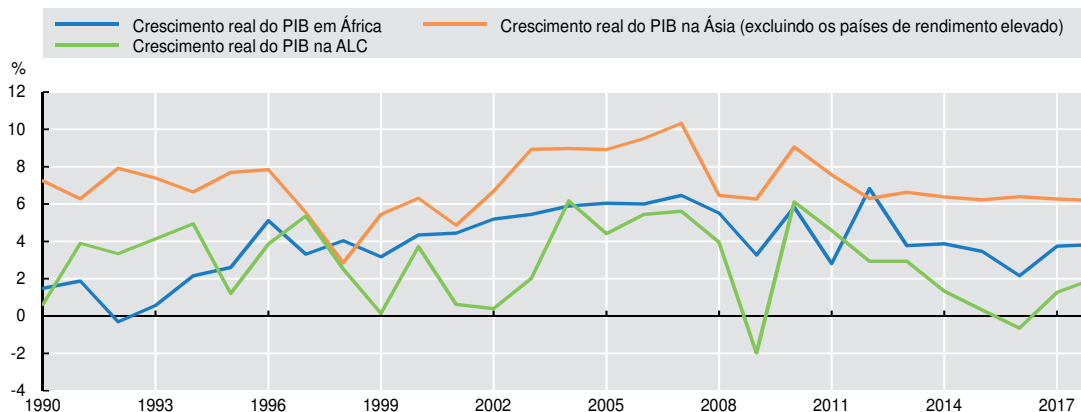
Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de UNDESA (2017), *World Population Prospects: The 2017 Revision* (base de dados), Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

Tabela 1.2. Fluxos financeiros e receitas fiscais na África Austral (mil milhões de USD, preços correntes), 2009-16

		2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	
Externos	Privados	Investimento direto estrangeiro (entradas)	46	45	55	62	64	49	59
		Investimento de carteira	28	26	42	32	31	20	13
		Remessas	53	60	64	64	68	65	62
Públicos	Ajuda pública ao desenvolvimento (total líquido, todos os doadores)	47	52	52	57	54	51	50	
	Total de fluxos externos	175	182	214	215	217	185	185	
Receitas fiscais internas		332	407	421	418	412	343	312	

Fontes: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados), OCDE-CAD (2017), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

Figura 1.1. Crescimento económico real em África, na Ásia e na ALC, 1990-2018

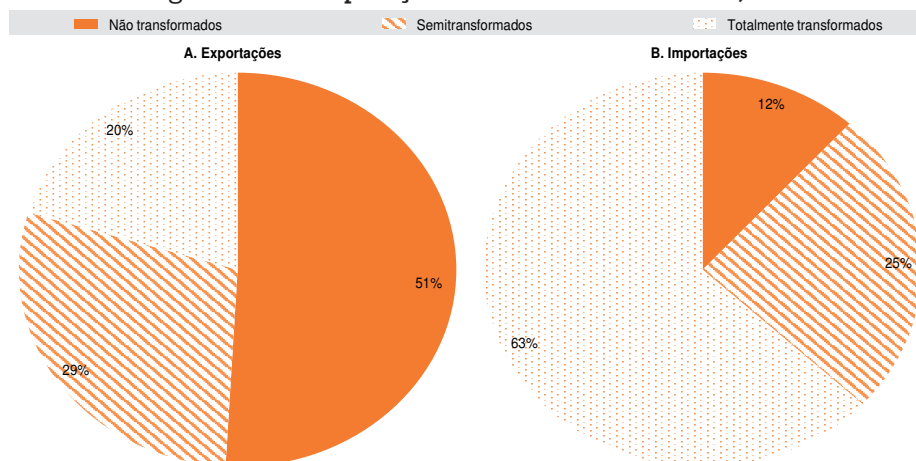


Nota: (p) = projeções.

Fonte: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook Database*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782411>

Figura 1.2. Composição do comércio em África, 2016



Fonte: Cálculos dos autores com base na Divisão de Estatística das Nações Unidas (2017), UNCOMTRADE (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782430>

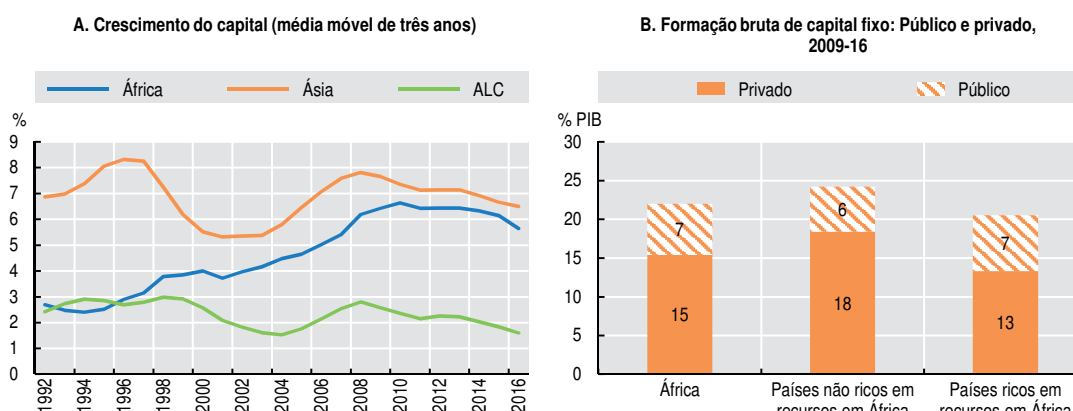
Cinco razões pelas quais África precisa de melhores padrões de crescimento

O crescimento permanece volátil, não obstante um forte processo de acumulação de capital e novos parceiros comerciais

O continente africano tem registado um forte crescimento desde 2000, dando origem a uma dita “África que emerge”. De uma perspetiva histórica, o desempenho do crescimento africano melhorou muito em comparação com a década de 1990, quando o crescimento *per capita* foi negativo. Entre 2000 e 2008, o crescimento africano assentou em cerca de 5.5% e o crescimento *per capita* em 3.1%. Este desempenho agregado é melhor do que o de 3.6% na ALC, mas inferior ao da média da Ásia de 8.0% para o mesmo período. O número de países africanos com taxas de crescimento do PIB acima do seu crescimento populacional também aumentou substancialmente. Este desempenho do crescimento foi impulsionado pelos preços favoráveis das matérias-primas, por uma melhor gestão macroeconómica e do alívio da dívida, mas também por estratégias de diversificação do crescimento em alguns países (ver Caixa 1.2).

Muitos países africanos têm investido fortemente em infraestruturas públicas, levando a um processo de acumulação de capital em todo o continente. Apesar de o capital social em África ter crescido aproximadamente apenas 2.5% no início da década de 1990,¹ a acumulação de capital acelerou rapidamente no início da década de 2000 e chegou aos 6.6% em 2009, um nível semelhante ao da expansão de capital na Ásia (Figura 1.3, Painel A). O rácio de capital por trabalhador em África aumentou de forma constante e alcançou uma taxa de crescimento semelhante à da ALC, mesmo tendo em conta a rápida expansão da mão-de-obra africana. Esta aceleração reflete o baixo ponto de partida em muitos países africanos. A formação bruta de capital fixo média foi de 22% do PIB para todo o continente (Figura 1.3, Painel B). Para 16 países africanos, foi superior a 30% do PIB. Embora o setor privado represente a maioria dos investimentos, o investimento público também ascendeu a 7% do PIB por ano. Durante este período, muitos governos africanos investiram em projetos para preencher a grande lacuna de infraestruturas e impulsionar a procura agregada relativamente à crise económica global.

Figura 1.3. Crescimento do capital em África, na Ásia e na ALC, 1992-2016, e formação bruta de capital fixo em África, 2009-16



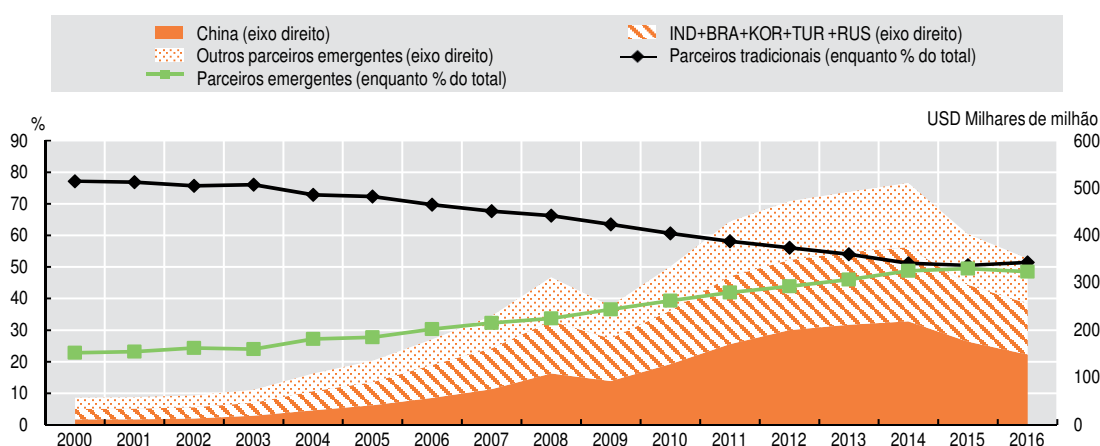
Nota: A formação bruta de capital fixo compreende o valor líquido total de aquisições de ativos fixos durante o período contabilístico, além de variações na avaliação de ativos não produzidos (por exemplo, riquezas do subsolo). Os países ricos em recursos são definidos como aqueles com pelo menos cinco anos entre 2006 e 2015 durante os quais as rendas dos recursos, excluindo as florestais, representaram pelo menos 10% do PIB.

Fontes: Painel A: Cálculos dos autores com base em dados de The Conference Board (2017), *Total Economy* (base de dados), Painel B: Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados); FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933782449>

Os países também diversificaram as parcerias comerciais. Entre 2000 e 2016, África triplicou o seu comércio com o resto do mundo, de USD 276 mil milhões para USD 806 mil milhões. Houve uma expansão significativa dos fluxos comerciais com parceiros emergentes como a China e a Índia (Figura 1.4). Como resultado, o comércio africano transitou dos parceiros tradicionais para parceiros comerciais emergentes. Algo que é válido tanto para as exportações como para as importações africanas. O comércio com economias emergentes representou 51% das exportações e 46% das importações de África em 2016. Todavia, a expansão das relações comerciais não serviu para diversificar o cabaz de exportação do continente.

Figura 1.4. Distribuição do comércio africano, 2000-16



Nota: Índia (IND), Brasil (BRA), Coreia (KOR), Turquia (TUR) e Rússia (RUS). O comércio é a soma das exportações e das importações africanas. Os parceiros emergentes de África são os definidas por OCDE et al. (2011).

Fonte: Cálculos dos autores com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), UNCOMTRADE (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782468>

Manter o crescimento durante um longo período constitui um desafio para a maioria das economias africanas. As trajetórias de crescimento individuais de 1970 a meados da década de 2000 revelam que os surtos de crescimento tendem a ser mais curtos em países africanos e latino-americanos do que em outras regiões (ver Berg, Ostry e Zettelmeyer, 2012, para mais pormenores). Dados recentes mostram que a volatilidade do crescimento se mantém generalizada:

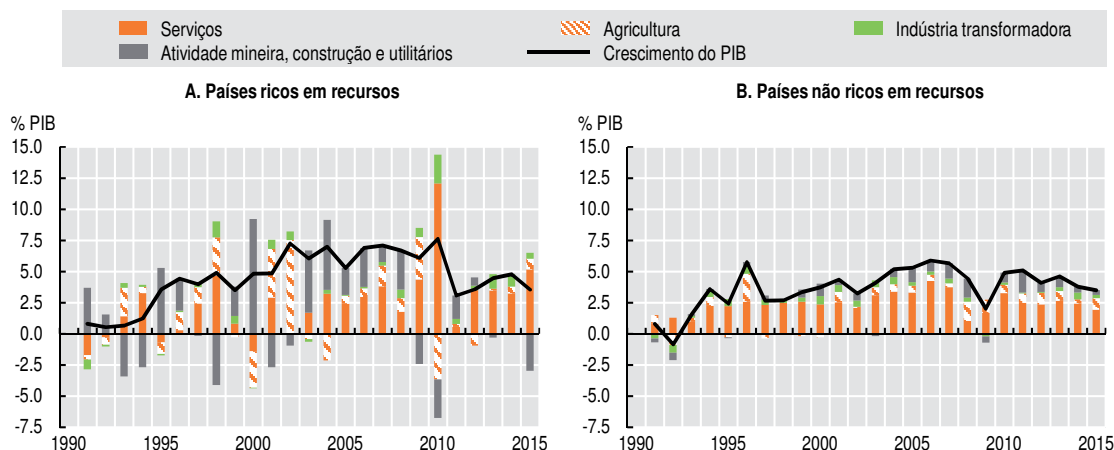
- O crescimento africano sofreu uma queda em 2008-09. Em países importadores líquidos, um aumento acentuado dos preços do petróleo e dos alimentos afetou gravemente o poder de compra das famílias e as balanças de transações correntes dos países, demonstrando a vulnerabilidade de África a choques externos em questões de matérias-primas.
- O crescimento africano passou por um segundo ponto baixo em 2010, em grande parte relacionado com a Primavera Árabe. Tal situação revelou, entre outras coisas, que o crescimento anterior não criou postos de trabalho suficientes e que não foi inclusivo.
- Em 2016, o crescimento do PIB do continente caiu temporariamente, uma vez que os preços desfavoráveis das matérias-primas atingiram novamente muitas grandes economias que são baseadas nos recursos naturais. Espera-se que o crescimento do PIB recupere lentamente e atinja os 2.8% em 2018, em parte devido à incessante procura interna africana e a uma recuperação nos preços do petróleo.

A volatilidade do crescimento varia largamente entre países, dependendo das estruturas das exportações e produção. O desvio padrão de crescimento anual entre 2000 e 2017 é significativamente maior para os países africanos ricos em recursos, situando-

se nos 9.0 pontos, do que para os países africanos não ricos em recursos (3.2 pontos), os países asiáticos em desenvolvimento (4.1 pontos) e os países da ALC em desenvolvimento (2.6 pontos). Esta comparação entre países ricos em recursos e países não ricos em recursos é esclarecedora:


- Os países ricos em recursos têm desfrutado de termos de troca mais sólidos e têm um crescimento médio desde 2000 de mais de 6% ao ano devido aos elevados preços das matérias-primas, especialmente para combustível (petróleo, gás natural e carvão) e metais (Figura 1.5, Painel A). No entanto, a alta concentração das receitas provenientes da exportação de apenas alguns recursos naturais levou à instabilidade das receitas públicas, algo que impediu os governos de se comprometer com investimento público de longo prazo e de sustentar as despesas sociais. Visto que os preços das matérias-primas caíram acentuadamente entre 2012 e 2016 (57% para o combustível e quase um terço para os metais e os minerais), as receitas internas em países ricos em recursos diminuíram 44%. A queda dos preços das matérias-primas reduziu o crescimento do continente para 2.2% em 2016.
- Em contrapartida, os países não ricos em recursos registaram um crescimento mais estável, de cerca de 4% ao ano, desde 2000. Entre 2000 e 2015, o setor dos serviços contribuiu com cerca de 3 pontos percentuais ao ano para o crescimento anual do PIB, em comparação com 1.1 pontos percentuais da indústria e 0.6 pontos percentuais da agricultura (Figura 1.5, Painel B). Alguns países, como a Etiópia, o Quênia e o Ruanda, conseguiram impulsionar o crescimento através do investimento público (principalmente em grandes projetos de infraestruturas) e de serviços de sucesso. Além disso, os importadores líquidos de petróleo beneficiaram de preços mais reduzidos dos combustíveis nos últimos anos, fazendo assim decrescer os respetivos custos de importação. A segunda metade deste capítulo desenvolverá os impulsionadores do crescimento nos países africanos.

Figura 1.5. Setores impulsionadores do crescimento anual em África: Países ricos em recursos contra países não ricos em recursos, 1990-2016



Nota: Os países ricos em recursos são definidos como aqueles com pelo menos cinco anos entre 2006 e 2015 durante os quais as rendas dos recursos, excluindo as florestais, representaram pelo menos 10% do PIB. Para os países ricos em recursos, o pico da contribuição dos serviços em 2010 deve-se, em parte, ao efeito de “rebaseamento” do PIB da Nigéria. O rebaseamento deu-se em 2015, mas a série do PIB do país foi reajustada de volta a 2010.

Fonte: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933782487>

Num cenário sem alterações, é pouco provável que África cumpra as metas estabelecidas no primeiro plano decenal de implementação da Agenda 2063 da União Africana. Na primeira metade do plano (2013-2017), o PIB real africano cresceu 3.4% ao ano. Prevê-se que, no próximo período de cinco anos (2018-22), o crescimento do PIB real

seja de 3.9%. África está a ficar aquém da sua meta de 7% ao ano por mais de 3 pontos percentuais anuais. Alcançar elevadas taxas de crescimento tem-se revelado difícil para todos os países do mundo desde a crise global de 2009 (Tabela 1.3).

Tabela 1.3. Taxas de crescimento para os países africanos, outros países em desenvolvimento e países de rendimento elevado, 2000-20

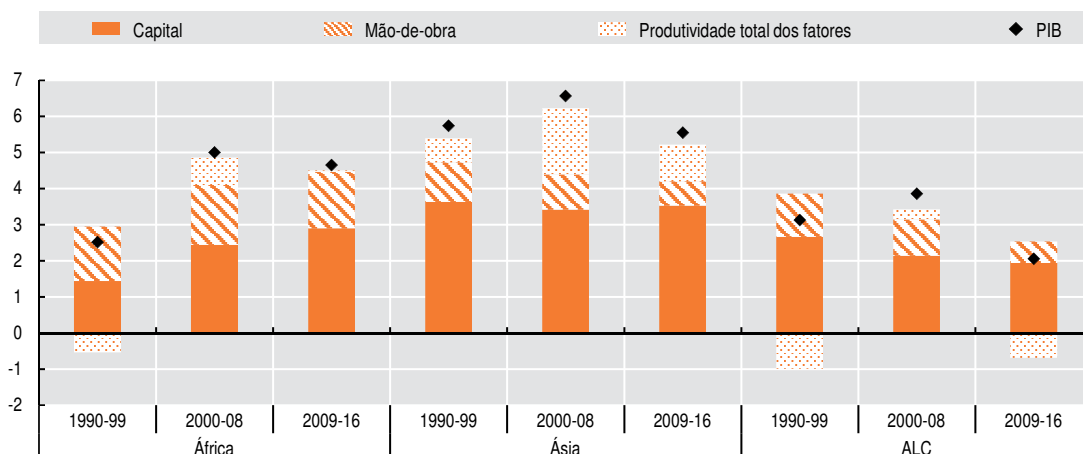
		Número de países em cada categoria de crescimento			
		2000-05	2006-10	2011-15	2016-20 (p)
Países africanos	Crescimento acima de 7%	9	9	6	3
	Crescimento de 0-7%	38	41	43	48
	Crescimento negativo	5	2	3	3
Outros países em desenvolvimento	Crescimento acima de 7%	15	14	10	6
	Crescimento de 0-7%	63	64	65	73
	Crescimento negativo	2	4	6	2
Países de rendimento elevado	Crescimento acima de 7%	6	1	1	0
	Crescimento de 0-7%	46	43	43	51
	Crescimento negativo	0	8	8	1

Nota: (p) : projeções.

Fonte: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

Os países africanos precisam de reforçar os impulsionadores do crescimento de longo prazo. A contribuição da mão-de-obra para o crescimento não aumentou muito ao longo do tempo e os ganhos da produtividade total dos fatores (PTF) permaneceram diminutos e voláteis. Não obstante o processo de forte acumulação de capital entre 2009 e 2016, África não testemunhou praticamente crescimento algum na PTF (Figura 1.6). Esta situação é melhor do que na ALC, onde o crescimento da PTF foi negativo durante o mesmo período. Porém, África está aquém da Ásia, onde a PTF contribuiu com 1 ponto percentual para o crescimento anual. Um crescimento moroso da PTF torna-se preocupante dado que o crescimento no longo prazo depende da melhoria contínua da produtividade. A vulnerabilidade das economias africanas a choques externos e às condições climáticas, tais como secas, é um dos principais fatores que explicam a volatilidade da PTF. Em economias baseadas na agricultura, por exemplo, têm sido os preços mais elevados dos produtos agrícolas, e não o crescimento da produtividade agrícola, a força motriz para os ganhos da PTF (FMI, 2016a).

Figura 1.6. Contribuição da produtividade total dos fatores, mão-de-obra e capital para o crescimento do PIB em África, na Ásia e na ALC, 1990-2016



Nota: PTF significa produtividade total dos fatores, medida enquanto a variação do PIB não explicada pela contribuição da mão-de-obra e do capital para o PIB.

Fonte: Cálculos dos autores com base em dados de The Conference Board (2017), *Total Economy* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782506>

Enquanto os investimentos públicos podem ajudar a estimular o crescimento, mantê-lo durante um longo período vai depender de um conjunto de fatores políticos específicos de cada país. Os estudos sugerem que um certo número de fatores pode sustentar o crescimento (por exemplo, Berg, Ostry e Zettelmeyer, 2012). Prolongar os episódios de crescimento depende da estabilidade dos ambientes macroeconómicos (tais como as taxas de inflação), um maior desenvolvimento financeiro (aproximado pelo rácio entre o crédito privado e o PIB) e uma distribuição de rendimentos mais igualitária. A competição política e a solidez das instituições responsáveis pela elaboração de políticas públicas também ajudam os países a desfrutar de surtos de crescimento mais prolongados. A capacidade dos países gerirem choques externos – tais como alterações nas taxas de juro e nos termos de troca – desempenha um papel fulcral no aumento da probabilidade de ocorrerem episódios de crescimento, diminuindo ao mesmo tempo a probabilidade de ocorrerem inversões de crescimento. Muitos países africanos melhoraram a respetiva gestão macroeconómica, os quadros regulamentares e a qualidade das instituições públicas. No entanto, são necessárias mais medidas para reduzir a vulnerabilidade e para alcançar um crescimento mais forte e menos volátil que se traduza em maiores níveis de bem-estar.

O recente crescimento do PIB não aumentou o bem-estar

Apesar do forte desempenho de crescimento africano desde 2000, a correlação entre o PIB *per capita* do continente e os indicadores de bem-estar aparenta ser mais fraca do que a média mundial. Em África, como no resto do mundo, o rendimento nacional bruto *per capita* e as taxas brutas de matrícula no ensino secundário apresentam uma correlação relativamente forte com o PIB *per capita*. Contudo, os resultados relacionados com outras dimensões do bem-estar, tais como os anos de escolaridade, o estado de saúde e as condições de habitação, apresentam uma associação muito mais fraca com o PIB *per capita* em África do que na média mundial (Tabela 1.4). Os resultados são semelhantes para várias dimensões do bem-estar subjetivo, incluindo a satisfação com os níveis de vida e com a disponibilidade de cobertura de cuidados de saúde. As dimensões relacionadas com a governação pública – satisfação com os sistemas educativos e perceção da corrupção – são também motivos de preocupação. Em comparação com outros países com níveis semelhantes de rendimento *per capita*, muitos países africanos parecem menos capazes de transformar os fluxos de recursos em resultados positivos para o bem-estar dos seus cidadãos.

É possível que, em alguns países africanos, as políticas não tenham sido suficientemente eficazes na melhoria do bem-estar. Pode ser este o caso quando os indicadores de bem-estar apresentam uma fraca correlação com o PIB *per capita* (Caixa 1.1). Os países ricos em recursos ficam atrás dos países não ricos em recursos numa variedade de dimensões do bem-estar (Christiansen, Schindler e Tressel, 2013: 9-10). Uma hipótese possível é que a dependência dos recursos torne o seu crescimento demasiado volátil e menos propício a um aumento no bem-estar.

Caixa 1.1. A correlação entre o PIB *per capita* e alguns indicadores de bem-estar em África e no mundo

O desenvolvimento é muitas vezes considerado sinónimo de crescimento económico, porém, o crescimento do PIB é apenas um indicador de desenvolvimento, entre muitos. O desenvolvimento humano não é bem-sucedido quando os aumentos agregados na produtividade e na riqueza material não produzem ganhos significativos no bem-estar geral da população de um país. O crescimento económico é apenas um meio para um fim: a melhoria sustentável e equitativa da vida das pessoas. É necessário ir além da métrica macroeconómica e verificar o bem-estar nas muitas e diversas áreas que importam para os cidadãos por forma a avaliar extensivamente a qualidade de vida dentro de um país.

Caixa 1.1. A correlação entre o PIB *per capita* e alguns indicadores de bem-estar em África e no mundo (cont.)

A OCDE mede o bem-estar em países não membros da OCDE olhando para os resultados de bem-estar em duas áreas alargadas: condições materiais e qualidade de vida (ver Boarini, Kolev e McGregor, 2014). As condições materiais englobam diversas possibilidades de consumo, trabalho, condições de habitação e infraestruturas. A qualidade de vida integra o estado de saúde, a educação e competências, ligações sociais, capacitação e participação, avaliações relativas à vulnerabilidade e à vida, bem como sentimentos e sentido – que são os principais aspetos do bem-estar subjetivo.

Tabela 1.4. A correlação entre o PIB *per capita* e alguns indicadores de bem-estar em África e no mundo

Variáveis	Correlação		Variáveis	Correlação	
	Todos os países	África (média)		Todos os países	África (média)
Rendimento nacional bruto per capita	0.9969	0.9966	Ter alguém com quem contar numa emergência	0.4825	0.2951
Emprego vulnerável	0.7860	0.7212	Satisfação com a qualidade da água	0.4586	0.1961
Educação e competências: rácio bruto de matrícula (ensino secundário)	0.7504	0.7932	Satisfação com as estradas	0.4376	0.3033
Anos de escolaridade esperados	0.7085	0.4876	Falta de dinheiro para abrigo	0.4209	0.3213
Acesso a saneamento melhorado	0.7139	0.4763	Não ter problemas de saúde	0.4008	0.2196
Taxa de mortalidade infantil	0.6861	0.4138	Satisfação com o nível de vida	0.3916	0.2502
Satisfação com a vida	0.6707	0.4871	Satisfação com a disponibilidade de cuidados de saúde	0.3621	0.1092
Esperança de vida	0.6689	0.2186	Insatisfação com o rendimento familiar	0.2750	0.3614
Falta de dinheiro para alimentos	0.6361	0.3574	Mudança na cobertura da área florestal	0.2432	0.0826
Alfabetização de adultos	0.6256	0.4234	Satisfação com o sistema educativo	0.2395	0.0525
Taxa de mortalidade materna	0.6038	0.4139	Sensação de segurança ao andar sozinho à noite	0.1424	0.0005
Cobertura de cuidados de saúde	0.5851	0.3207	Perceção da corrupção generalizada	0.1193	0.0484
Índice de perceção da corrupção	0.5522	0.148			

Nota: A correlação entre variáveis é calculada usando o R quadrado.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e Gallup (2017), *Gallup World Poll*.

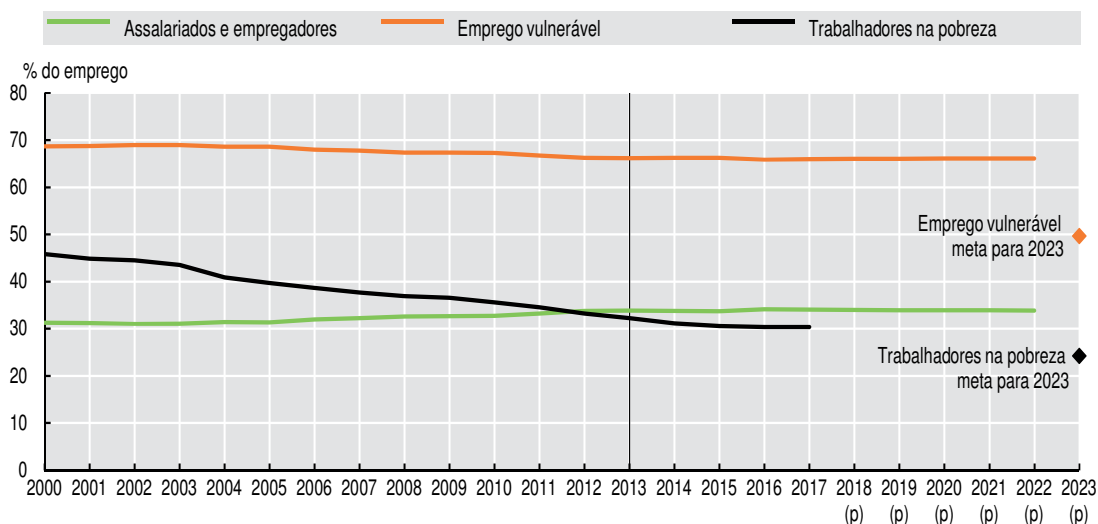
O continente precisa de criar mais emprego de qualidade para a sua vasta mão-de-obra

O emprego de qualidade continua a ser escasso em todo o continente. O crescimento relativamente elevado desde 2000 não criou emprego de qualidade suficiente e a proporção de emprego vulnerável mantém-se persistentemente elevada. De acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho, 34% dos trabalhadores africanos tiveram trabalhos assalariados ou foram empregadores em 2017 e 66% estavam em empregos vulneráveis enquanto trabalhadores independentes ou familiares (Figura 1.7). Embora a taxa de desemprego se tenha situado em apenas 7.2% da mão-de-obra em 2017, 30% dos trabalhadores permaneceram pobres apesar de estarem a trabalhar.

O continente também tem uma das maiores taxas de informalidade fora do setor agrícola. As taxas variam de 34% das pessoas empregadas na África do Sul, para 90.6%

no Benim (OIT, 2018). O nível de rendimento para trabalhadores informais é, muitas vezes, altamente suscetível a choques económicos diversos e o sistema de proteção social abrange poucos trabalhadores informais.

Figura 1.7. Estatuto profissional para os Africanos, 1990-2022, e as 2023 metas da Agenda 2063



Nota: (p) : projeções.

Fonte: Cálculos dos autores com base em OIT (2017), ILOSTAT.

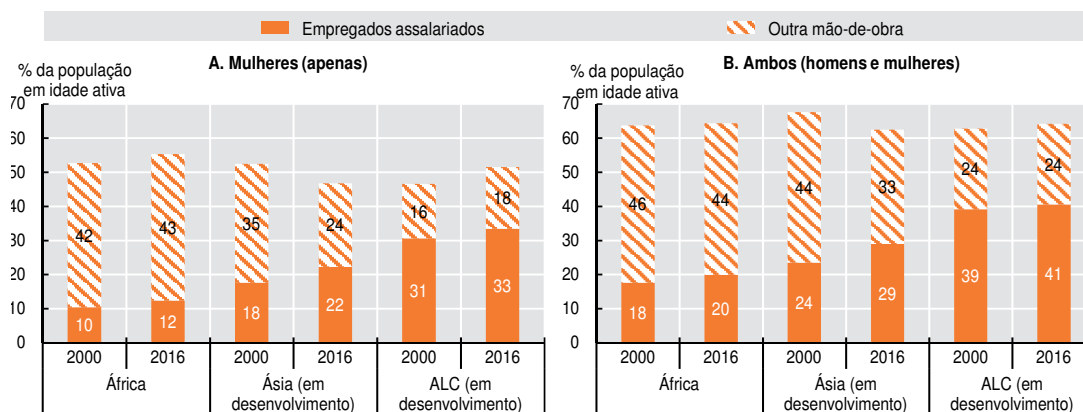
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782525>

A manterem-se as tendências atuais, África não cumprirá as metas de qualidade de emprego estabelecidas no primeiro plano decenal de implementação da Agenda 2063.

- A meta que constitui o maior desafio diz respeito ao emprego vulnerável. A proporção de emprego vulnerável caiu apenas 2 pontos percentuais desde 2000 e prevê-se que continue nos 66% em 2022 (Figura 1.7). Se esta tendência persistir, África não fará qualquer progresso na sua meta de reduzir 25 pontos percentuais na taxa de emprego vulnerável, de 66% em 2013 para 41% em 2023.
- A proporção de trabalhadores que vivem com menos de USD 1.90 (paridade de poder de compra [PPC]) por dia diminuiu de 46% em 2000 para 30% em 2017. No entanto, tal progresso pode não ser suficiente para alcançar a meta de reduzir a proporção de trabalhadores pobres para 24% até 2023. Se a taxa de trabalhadores na pobreza seguir a tendência média entre 2000 e 2017 e decrescer 0.91 pontos percentuais por ano, o número de trabalhadores na pobreza diminuirá para 25%.

Apesar do progresso geral, as disparidades entre homens e mulheres no local de trabalho continuam a agravar-se em muitos países. Os países africanos têm feito grandes progressos, desde 2000, no aumento do nível de escolaridade para as mulheres. Todavia, apenas 12% das mulheres em idade ativa possuíam emprego assalariado em 2016 (Figura 1.8). Outros países em desenvolvimento apresentam taxas muito melhores: 22% na Ásia e 33% na ALC. Em 2016, 75% das mulheres trabalhadoras africanas mantinham-se em empregos vulneráveis e quase 35% eram trabalhadoras pobres (OIT, 2018). Também se encontram desigualdades em relação à participação feminina na mão-de-obra, em oportunidades de empreendedorismo e no acesso a bens económicos (PNUD, 2016). As disparidades salariais entre géneros no setor não agrícola situam-se nos 30% (PNUD, 2017: 4).

Figura 1.8. Empregados assalariados enquanto percentagem da população em idade ativa em África, na Ásia e na ALC, 2000 e 2016



Fonte: Cálculos dos autores com base em OIT (2017), ILOSTAT (base de dados KILM).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782544>

Os jovens são frequentemente atingidos pelo subemprego e pela falta de postos de trabalho assalariados. Cerca de 42% dos jovens trabalhadores africanos vivem com menos de USD 1.90 por dia (PPC). Em países africanos de baixo rendimento, apenas 17% dos jovens trabalhadores (7% do total de jovens) estão empregados a tempo inteiro (BAD/OCDE/PNUD/UNECA, 2012). A falta de postos de trabalho assalariados constitui um desafio para os governos, visto que a maioria dos países africanos se depara com um crescimento demográfico e urbano extremamente rápido. Os países de rendimento médio em África enfrentam uma escassez semelhante quanto aos empregos de qualidade e muitos jovens ficam fora do mercado de trabalho. No Norte de África, por exemplo, 26.1% dos jovens com idades entre os 15 e os 24 anos não estão nem a estudar nem a trabalhar ou em formação (NEET), a segunda taxa mais elevada ao nível mundial (OIT, 2018). Naquela região, os jovens constituem mais de 34% do total da população desempregada, representando ao mesmo tempo apenas cerca de 15% da mão-de-obra. Na África do Sul, a proporção de jovens NEET tem-se mantido consistentemente alta, superior a 30%, em todos os anos para os quais há dados disponíveis desde 2012.

Um maior alívio da pobreza exige a redução da desigualdade nos rendimentos

De forma geral, o continente progrediu bastante na luta contra a pobreza extrema desde 2000. A proporção da população africana que vive com USD 1.90 por dia ou menos desceu de uma média de 49% na década de 1990 para 36% no período 2009-16.

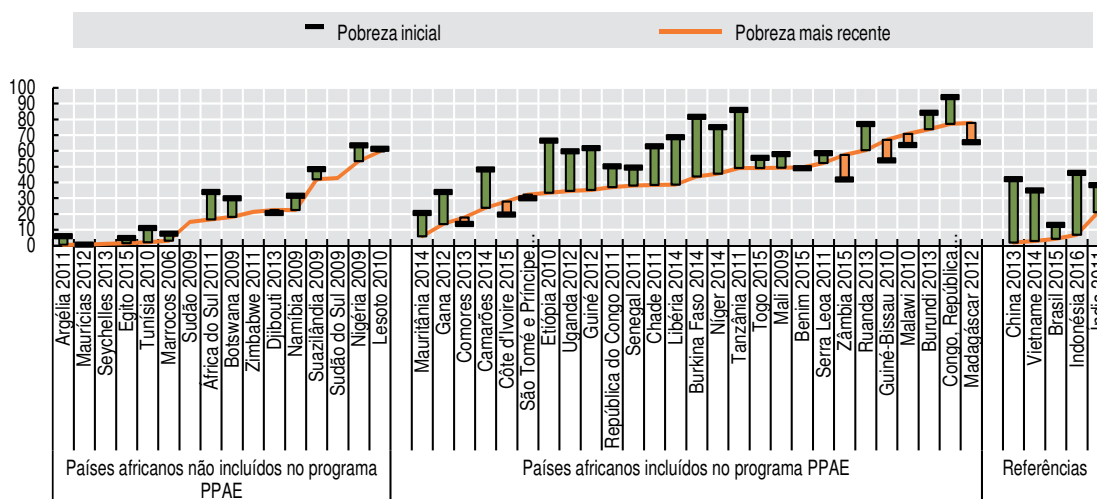
- Seis países – Argélia, Egito, Maurícias, Marrocos, Seychelles e Tunísia – eliminaram quase por completo a pobreza extrema (Figura 1.9). Em Marrocos, por exemplo, a iniciativa nacional para o desenvolvimento humano (INDH), lançada em 2005, conseguiu ajudar os grupos vulneráveis ao incentivar atividades geradoras de rendimentos e medidas de proteção social, tais como a cobertura de cuidados de saúde. No final de 2015, cerca de 8.5 milhões de pessoas integradas nas famílias pobres ou mais vulneráveis de Marrocos tinham acesso gratuito ou parcialmente gratuito a cuidados de saúde em hospitais públicos através do seguro RAMED criado em 2008 (ver OCDE, 2017a: 163). O governo também disponibiliza 24 meses de isenção de contribuições à segurança social para os desempregados de longa duração que participem no programa de formação Idmaj.
- Noutros seis países – Burkina Faso, Chade, Guiné, Libéria, Nigéria e Tanzânia – o ritmo anual de redução da pobreza desde 2000 foi semelhante ao da China entre 1996 e 2013.

- No geral, os países africanos não ricos em recursos naturais têm sido notavelmente bem sucedidos na redução das taxas de pobreza, de 57% para 37%. Porém, a maioria destes países beneficiou de programas de alívio da dívida, que podem já não estar disponíveis no futuro (ver nota para a Figura 1.9).

Muitos governos africanos têm de reduzir ainda mais a pobreza, por quatro motivos:

1. Embora a proporção de pessoas pobres tenha diminuído, o seu número absoluto aumentou devido ao rápido crescimento populacional nos segmentos mais pobres da sociedade. O número de pessoas que vivem com menos de USD 1.90 por dia aumentou 105 milhões entre 1990 e 2013, de 280 milhões para 395 milhões. Os países ricos em recursos representaram 65% deste aumento (68 milhões de pessoas).
2. Cerca de metade dos países (27) ainda têm taxas de pobreza acima de 25%. Os países africanos ricos em recursos apenas conseguiram diminuir 5 pontos percentuais às taxas de pobreza, passando de 41% para 36%, não obstante o sólido crescimento desde 2000. Revela-se uma desilusão, visto que os países ricos em recursos naturais noutras regiões do mundo, como a Ásia e a ALC, foram muito mais bem-sucedidos na redução da pobreza. Na ALC, por exemplo, a taxa de pessoas a viver na pobreza caiu de 14% para 5% entre 1990 e 2013.
3. O alívio da dívida dos Países Pobres Altamente Endividados (PPAE)² e as iniciativas multilaterais de alívio da dívida ajudaram 30 países africanos a aumentar as respetivas despesas sociais entre 1998 e 2012. Uma vez que estão a concluir os programas PPAE, os países precisarão de encontrar novas abordagens para o financiamento de programas de redução da pobreza.
4. Cerca de 45% da população ganha USD 1.90-5.50 por dia e permanecem pobres ou suscetíveis de voltar a cair na pobreza. São essenciais mais esforços para aumentar os seus rendimentos e proteção social, a fim de retirar este grupo da pobreza de forma duradoura.

Figura 1.9. Redução da pobreza em 42 países africanos, Brasil, China, Índia, Indonésia e Vietname



Nota: Países Pobres Altamente Endividados (PPAE). O ano indica o último ano de inquérito para calcular a taxa de pobreza.

Fonte: Banco Mundial (2017b), PovcalNet (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782563>

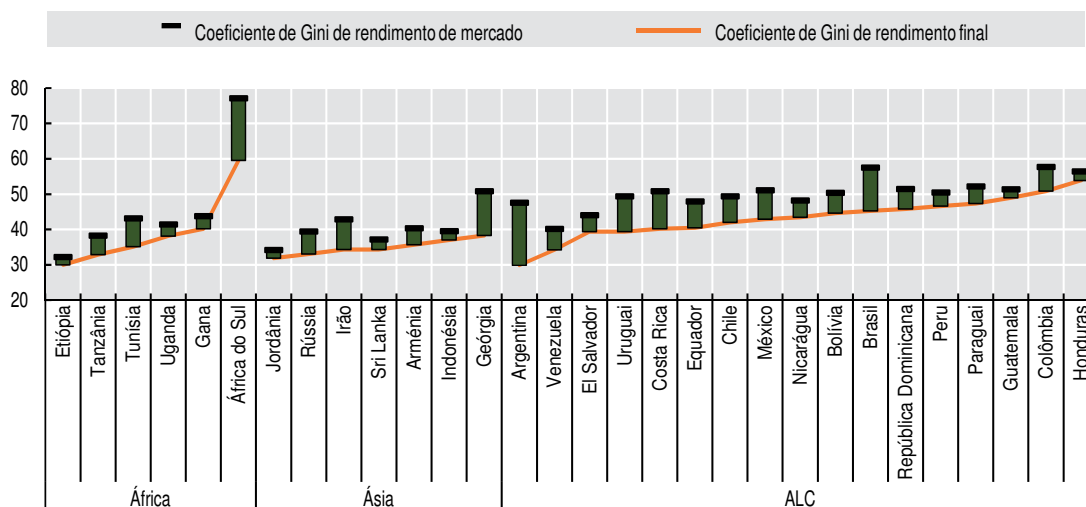
Reduzir a desigualdade de rendimentos pode ajudar a reduzir a pobreza de forma mais célere. O coeficiente de Gini não ponderado³ para África regista em média 41 pontos,

superior à média não ponderada da Ásia de 35 pontos. Várias análises econométricas mostram que a redução das desigualdades de rendimento em África permitiria que o crescimento reduzisse muito mais a pobreza (ver Christiansen, Schindler e Tressel, 2013: 13; e Thorbecke e Ouyang, 2017: Tabela 3). As nossas estimativas baseadas na base de dados PovcalNet (Banco Mundial, 2017) revelam que o decréscimo do nível atual de Gini de África para a média da Ásia (35 pontos) tiraria cerca de 2 pontos percentuais ao número de pessoas a viver na pobreza por cada ponto percentual de crescimento do PIB. Situação comparável à atual diminuição de 1.5 pontos percentuais verificada entre 1990 e 2016. Esta diminuição na desigualdade tiraria 130 milhões ao número de pessoas pobres, de 394 milhões em 2016 para 264 milhões.

Vários governos africanos conseguiram reduzir a desigualdade através de políticas e reformas fiscais, contudo, as perspetivas mais reduzidas de crescimento no curto prazo podem exercer pressão orçamental sobre estes programas. A África do Sul, em particular, desenvolveu um imposto progressivo e um sistema de proteção social que reduziram o seu coeficiente de Gini de 77 para 60. A África do Sul tem a maior redução nos coeficientes de Gini dentre uma amostra de 29 países em desenvolvimento na base de dados Commitment to Equity (Figura 1.10). Outros países africanos da amostra, nomeadamente a Etiópia, o Gana, a Tanzânia, a Tunísia e o Uganda, também conseguiram reduzir os respetivos coeficientes de Gini, embora em menor grau. O declínio no número de conflitos também ajudou a reduzir a desigualdade.

No entanto, uma elevada concentração de terras e de capital físico e humano (muitas vezes, devido aos legados históricos) limita o impacto das políticas de redistribuição. Em muitos países, uma fraca governação de tributação e reduzidas despesas sociais contribuiu para uma capacidade de redistribuição limitada por parte do estado, para políticas públicas tendenciosas em prol de regiões com conexões políticas e para desigualdades étnicas e de género (PNUD, 2017).

Figura 1.10. Coeficientes de Gini de rendimento de mercado e final em certos países



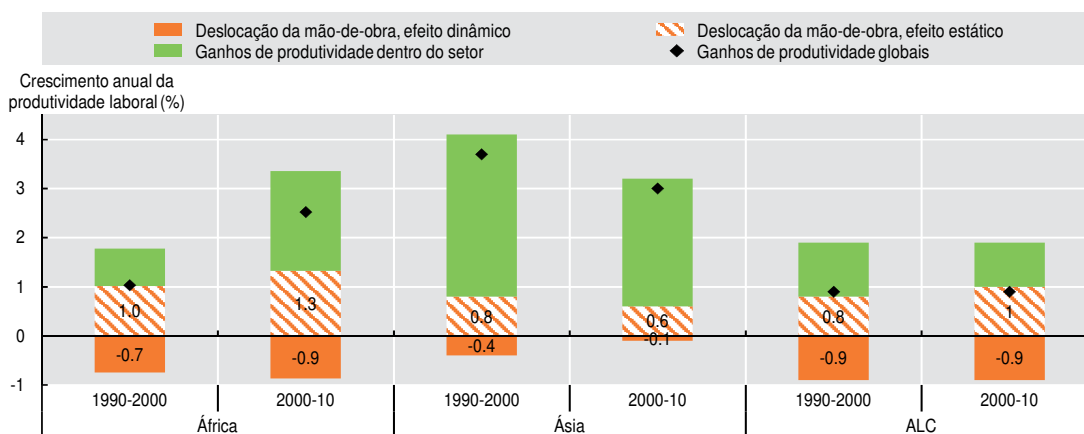
Fonte: CEQ Institute (2018), Commitment to Equity Institute Data Center on Fiscal Redistribution.⁴
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782582>

Se nada se alterar, a transformação estrutural pode ser difícil de manter

Desde 2000, África tem verificado uma transformação estrutural positiva, uma vez que a mão-de-obra se deslocou de atividades menos produtivas para outras mais

produtivas. Numa amostra de 13 países africanos com dados disponíveis, a deslocação sectorial da mão-de-obra contribuiu 0.5 pontos percentuais ao ano para o crescimento da produtividade laboral entre 2000 e 2010, a mesma contribuição do que na Ásia (Figura 1.11). Serviços como o comércio bruto e a retalho, restauração e hotelaria absorveram a maior parte do excedente de trabalhadores agrícolas. A sua proporção no emprego total quase duplicou em duas décadas, atingindo 20.1% em 2010, dos 11.4% de 1990. Um aumento nas rendas dos recursos naturais e nas remessas impulsionou a procura de consumo interno de bens não comercializáveis e serviços. Acresce ainda que a abertura ao investimento privado e a concorrência ajudaram a expandir as atividades com maiores níveis de produtividade, tais como as telecomunicações e os serviços bancários. Como resultado, a produtividade laboral global em África aumentou 2.5% ao ano entre 2000 e 2010, em comparação com 1% uma década antes.⁵

Figura 1.11. Decomposição do crescimento da produtividade laboral em 31 países em desenvolvimento em África, na Ásia e na ALC, 1990-2010



Nota: Os países africanos incluem Botswana, Egito, Etiópia, Gana, Quênia, Malawi, Maurícias, Marrocos, Nigéria, Senegal, África do Sul, Tânzania e Zâmbia. A Ásia inclui 11 países e a ALC inclui 9 países. O efeito geral da deslocação sectorial da mão-de-obra é a soma dos efeitos estáticos e dinâmicos.

Fonte: Cálculos dos autores com base em De Vries et al. (2015), GGDC 10-Sector Database.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782601>

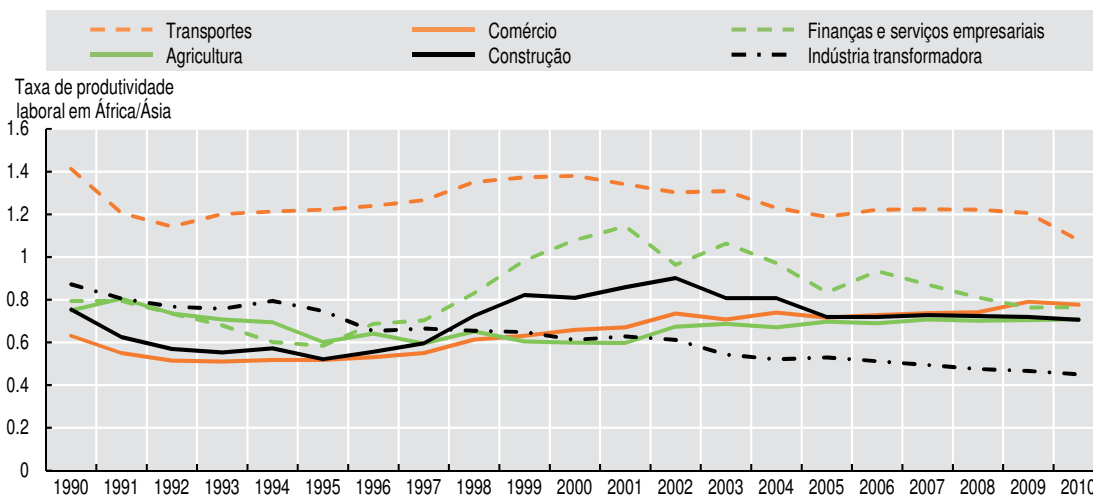
Este processo está, porém, a atingir os seus limites, visto que a mão-de-obra se está a deslocar para atividades cujos níveis de produtividade estão a decrescer. À medida que cada vez mais trabalhadores se deslocam para setores que sofrem uma redução de produtividade, os ganhos de produtividade gerais derivados da redistribuição de mão-de-obra diminuem ao longo do tempo. A queda na produtividade dos setores que absorvem mão-de-obra reduziu 0.9 pontos percentuais por ano ao crescimento anual da produtividade laboral entre 2000 e 2010 (Figura 1.11). À exceção da África do Sul (onde o efeito é insignificante), observa-se este efeito em todos os outros 12 países africanos com dados disponíveis. As variações são significativas, indo de -0.6 pontos percentuais na Nigéria até -2.2 pontos percentuais no Botswana. Tais “perdas dinâmicas” no curso de uma transformação estrutural assemelham-se às verificadas na ALC, mas não na Ásia (De Vries, Timmer e de Vries, 2015).

A produtividade das empresas africanas tende a ficar aquém da dos seus concorrentes globais em muitos setores. A taxa de produtividade laboral de África em relação à Ásia diminuiu desde 2000 (Figura 1.12), algo que tem sido evidente na agricultura, bem como em serviços de mercado, tais como transportes, atividades financeiras, construção e indústria. A próxima secção servir-se-á dos dados ao nível das empresas relativos a

11 atividades industriais para explicar os fatores que contribuem para este diferencial negativo da PTF para as empresas africanas.

Em termos de perspectivas de emprego, o desenvolvimento motivado pelos serviços constitui uma oportunidade desafiante para a maioria dos países africanos, devido aos maiores requisitos de competências. O setor dos serviços desempenha um papel cada vez mais importante no desenvolvimento de África. Os serviços jurídicos, financeiros e comerciais têm sido cada vez mais comercializados nos países africanos recentemente. Se esta tendência persistir, mais serviços podem tornar-se comercializáveis e até alargar-se a mercados estrangeiros graças às novas tecnologias, à melhoria das infraestruturas e à redução das barreiras ao comércio. Contudo, a maior parte da nova geração de serviços comercializáveis exige níveis elevados de competências, que podem ainda não ser acessíveis à maioria da mão-de-obra africana. Os requisitos de competências são ainda maiores nos serviços do que em muitos segmentos da indústria. Atualmente, o setor dos serviços como um todo absorve uma proporção significativa de empresários e do emprego assalariado, mas os seus níveis de produtividade são reduzidos e o emprego é, muitas vezes, vulnerável ou informal. Muitas empresas de serviço em países africanos precisam de apoio para cumprir com as normas de qualidade e outras necessárias para obter acesso a mercados de exportação (ECA, 2017).

Figura 1.12. Taxas de produtividade laboral em África/Ásia nos serviços, na construção e na indústria, 1990-2010



Nota: Os países africanos incluem Botswana, Egito, Etiópia, Gana, Quênia, Malawi, Maurícias, Marrocos, Nigéria, Senegal, África do Sul, Tânzania e Zâmbia. A Ásia inclui 11 países.

Fonte: Cálculos dos autores com base em De Vries et al. (2015), GGDC 10-Sector Database.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782620>

Os mercados regionais e globais oferecem a África oportunidades de crescimento, mas exigem novas políticas

Esta secção analisa os novos percursos de crescimento que os mercados regionais e globais oferecem às economias africanas. Para tirar proveito das muitas oportunidades os governos africanos têm de adaptar as respetivas estratégias a uma nova realidade económica. A mudança tecnológica, as cadeias de valor globais e os acordos comerciais e de investimentos sempre em evolução estão a redefinir as oportunidades de integração nos mercados regionais e globais. Os governos terão de ser inovadores na mobilização das poupanças internas e dos influxos financeiros externos.

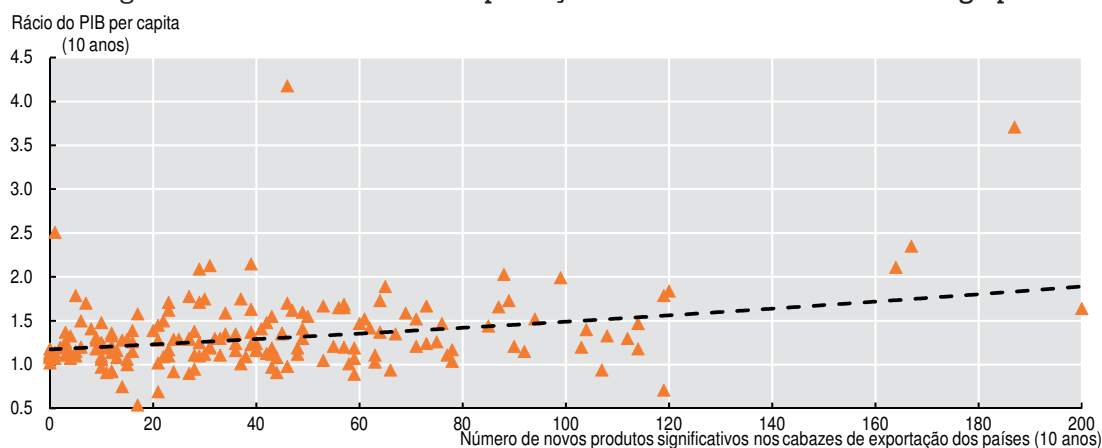
Uma melhor integração na economia global pode aumentar o crescimento, o emprego e a igualdade

O continente pode desenvolver o seu atual nível de integração global a fim de alcançar um melhor crescimento, emprego e igualdade. A primeira secção deste capítulo destacava que o crescimento africano é elevado, mas volátil e não se traduz em resultados de desenvolvimento suficientes. A atual secção mostra que melhorar a qualidade dos produtos existentes, expandir os produtos exportados e incrementar o acesso aos bens de capital e insumos pode criar meios para sustentar o crescimento, aumentar a qualidade dos empregos e reduzir a desigualdade. Neste processo, o comércio intra-africano será uma importante alavanca para a ação das políticas.

O desafio para a maioria dos países africanos não é no sentido de se integrarem mais na economia global, mas sim como se integrarem de uma forma melhor. África está já aberta ao comércio internacional e ligada a cadeias de valor globais (CVG). As importações e as exportações de bens e serviços representaram cerca de 50% do PIB africano em 2015-16, assemelhando-se à Ásia e sendo superior à região da ALC (44%). A integração nas CVG é também mais elevada em África do que na ALC e no sul da Ásia. A participação em CVG aumentou desde a década de 1990 (BAD/OCDE/PNUD, 2014).

A diversificação das exportações pode aumentar e sustentar o crescimento económico. A maioria das exportações africanas são matérias-primas não transformadas (Figura 1.2). Cabazes de exportação mais diversificados estão associados a taxas de crescimento económico superiores (Figura 1.13). A introdução de novos produtos nos mercados de exportação tem uma estreita correlação com um crescimento cumulativo no longo prazo do PIB *per capita* (Klinger e Lederman, 2004; Rieländer e Traoré, 2016). Cabazes de produtos mais diversificados originam receitas de exportação mais estáveis no longo prazo, reduzindo a incerteza macroeconómica e incentivando mais investimento na economia (Ghosh e Ostry, 1994; Bleaney e Greenaway, 2001). Além disso, desenvolver as capacidades de exportação de produtos mais sofisticados tende a ajudar os países a recuperar de períodos de estagnação e a prolongar os surtos de crescimento (Pritchett, Hausmann e Rodrik, 2005; Berg, Ostry e Zettelmeyer, 2012). A melhoria no sentido de produtos de exportação mais sofisticados reforça a capacidade de os países se deslocarem para outros cabazes de exportação, levando a um maior crescimento no contexto de choques adversos.

Figura 1.13. Descobertas de exportação e crescimento do PIB no longo prazo



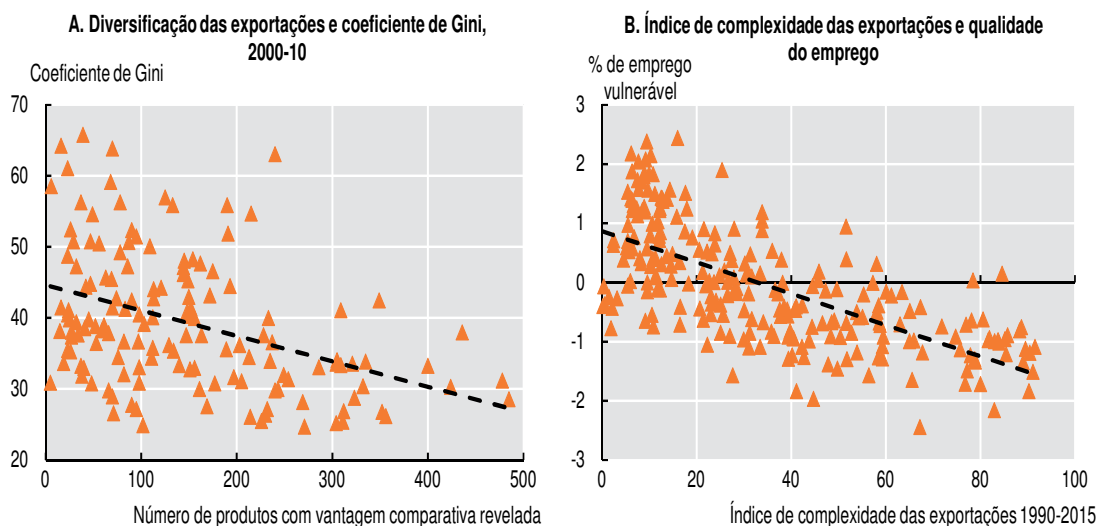
Fonte: Os indicadores comerciais são calculados com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), UNCOMTRADE (base de dados). Os valores do PIB *per capita* são calculados com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782639>

Concentrar as exportações em poucos produtos influencia também os resultados de desigualdade e a qualidade do emprego em todo o continente. Melhorar a capacidade de um país produzir e exportar produtos mais complexos vai provavelmente ajudá-lo a gerar e distribuir mais riqueza em toda a sociedade. Atualmente, a maioria dos países africanos exportam poucos produtos totalmente transformados, como revelado pelas suas posições na Figura 1.14, Painei A. A diversificação para produtos com repercussões mais abrangentes e uma forte influência sobre outros setores pode ajudar a criar empregos formais e encorajar a formalização das empresas informais locais. A Figura 1.14, Painei B mostra as correlações negativas entre a complexidade da exportação e a proporção de emprego vulnerável. Em contraste, a concentração das exportações em poucos produtos pode conduzir a desigualdades territoriais, especialmente se as indústrias de exportação estiverem concentradas num determinado lugar, como é o caso da atividade mineira.

Facilitar o acesso a importações de alta qualidade – quer de capital quer de insumos intermédios – pode ajudar a diversificar as exportações africanas. África aumentou consistentemente as suas importações de capital e bens intermédios, de 7% do PIB em 1990-99 para 9% em 2009-14 (Figura 1.15, Painei A). Contudo, muitas empresas, especialmente as PME, têm dificuldades em obter as licenças de importação, de acordo com inquéritos ao nível das empresas. Uma revisão sistemática das tarifas na Comunidade Económica da África Oriental mostra igualmente que muitos bens intermédios são mal classificados e se deparam com tarifas mais elevadas do que bens de consumo final. Os insumos de alta qualidade permitem às empresas internas aumentar a produtividade, a qualidade e a variedade dos produtos finais (Lopez Gonzalez, 2016).⁶ Além disso, as atividades de importação e exportação criam diversas sinergias ao nível das empresas. Facilitar o acesso das empresas locais a insumos importados a preços mais baixos pode diminuir os seus custos fixos de exportação, encorajando-os, assim, à exportação (Pierola, Fernandes e Farole, 2017).

Figura 1.14. Diversificação das exportações, desigualdade de rendimentos e qualidade do emprego em países africanos



Nota: Um coeficiente de Gini mais elevado sugere um maior nível de desigualdade de rendimentos no país.

Fonte: A diversificação das exportações é calculada com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), UNCOMTRADE (base de dados). O índice de complexidade das exportações é retirado de Atlas of Economic Complexity (2017). Os coeficientes de Gini são retirados de Banco Mundial (2017b), PovcalNet (base de dados).


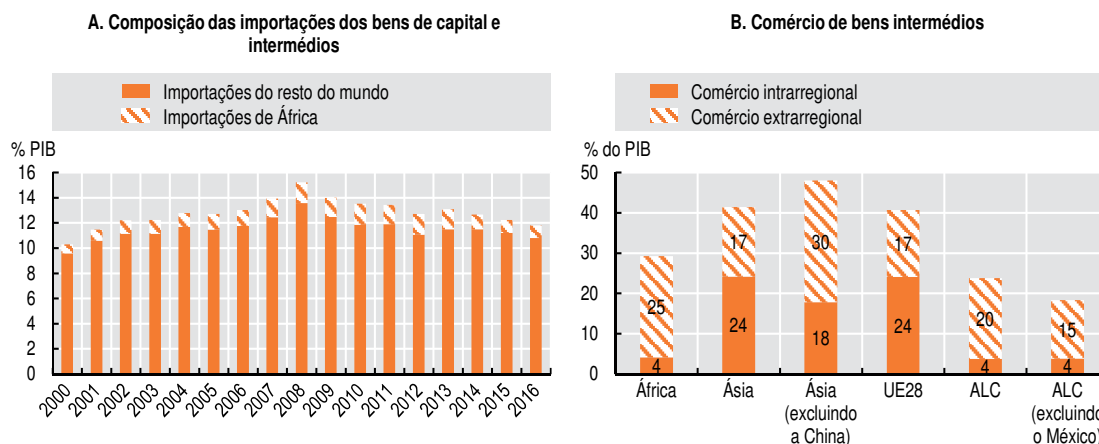
StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933782658>

Figura 1.15. Comércio de bens intermédios e de capital no interior e no exterior de certas regiões do mundo, 2014



Nota: O comércio de bens intermédios é definido como o comércio total (isto é, a soma das exportações brutas e das importações brutas) nos setores classificados como primários e bebidas e alimentos processados destinados principalmente à indústria, outros fornecimentos industriais, combustíveis e lubrificantes que não gasolinas processadas e peças e acessórios para bens de capital e equipamentos de transporte. Os setores anteriormente mencionados são retirados da classificação por categorias económicas gerais (Broad Economic Categories).

Fonte: Cálculos dos autores com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), UNCOMTRADE (base de dados).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782677>

As cadeias de valor regionais e os mercados emergentes oferecem oportunidades consideráveis para pequenos exportadores, visto que as normas são menos rígidas e as taxas de crescimento mais elevadas. No caso de África, o comércio intrarregional de bens intermédios regista apenas 4.1% do PIB, comparativamente a 24.2% na Ásia e 16.6% na União Europeia (Figura 1.15, Painel B). Dados para 152 países durante 15 anos confirmam que o acesso aos insumos intermédios de mercados regionais e globais tem impactos positivos sobre a competitividade das exportações dos países, a sofisticação das exportações e o valor acrescentado nacional (Kowalski et al., 2015). Melhorar as medidas de facilitação comercial, tais como a logística e o desempenho aduaneiro, as políticas de proteção à propriedade intelectual, as infraestruturas comerciais e o fornecimento de eletricidade contribuem significativamente para o desenvolvimento de cadeias de valor regionais.

A existência de um acordo de integração regional não conduz automaticamente a fluxos comerciais sólidos ou à criação de cadeias de valor regionais (FMI, 2016b). Três das comunidades económicas regionais em África oferecem uma visão interessante a este respeito. Verifica-se que as trocas transfronteiriças dentro da Comunidade da África Oriental são cinco vezes superiores à média dos fluxos comerciais em África, enquanto na União Económica e Monetária da África Ocidental são cerca de três vezes superiores (ver Capítulos 5 e 7). Simultaneamente, a região da Comunidade Económica dos Estados da África Central continua a apresentar níveis reduzidos de integração, sendo apenas 1.3% do total do comércio intrarregional. Tal situação deve-se sobretudo à complementaridade limitada entre os perfis comerciais dos países e às infraestruturas de comércio subdesenvolvidas (Avom e Mignamissi, 2017; ver também Capítulo 4).

A nova zona de livre comércio continental (CFTA) representa um trampolim para as comunidades económicas regionais (CER) africanas, de forma a impulsionar a integração regional. Em 21 de março de 2018, em Kigali, no Ruanda, os chefes de Estado de 44 países africanos assinaram o CFTA, uma das maiores zonas de livre comércio do mundo. A CFTA pretende alcançar quatro objetivos principais:

- criar um mercado continental único para bens e serviços, com a livre circulação de empresários e investimentos, e, conseqüentemente, acelerar o estabelecimento da União Aduaneira Continental e da União Aduaneira de África
- expandir o comércio intra-africano através de uma melhor harmonização e coordenação da liberalização do comércio e de regimes e instrumentos de facilitação nas CER e em África em geral
- resolver os desafios do estatuto múltiplo e sobreposto de membro e acelerar os processos de integração regional e continental
- melhorar a competitividade nos níveis industrial e empresarial, explorando as oportunidades de produção de escala, acesso ao mercado continental e uma melhor redistribuição dos recursos.

Os países africanos devem considerar quatro tipos de melhoria económica, dependendo da sua atual estrutura de produção e desempenho de exportação, bem como da natureza das cadeias de valor (OCDE, 2009a; Kaplinsky e Morris, 2002):

- A **melhoria funcional** implica o alargamento do leque de atividades que um país já realiza dentro de uma determinada cadeia de valor. Se a primeira ligação a uma cadeia de valor global está apenas na produção, por exemplo, no corte, costura e adorno de camisas, a melhoria funcional poderia implicar desenvolver atividades a montante, tais como a aquisição de têxteis.
- A **melhoria do produto** refere-se à produção de produtos mais sofisticados, tais como passar da venda de ananases inteiros para ananases cortados e frescos.
- Na **melhoria de cadeia**, as competências adquiridas são usadas para integrar uma nova cadeia de valor, por exemplo, deslocar-se para a produção têxtil com base nos conhecimentos e nas competências conseguidas na cadeia de valor do vestuário.
- Por último, a **melhoria de processamento** refere-se ao aumento da produtividade numa determinada fase de uma cadeia de valor, através da inovação local (OCDE/OMC, 2013; Morris e Barnes, 2009).

As estratégias para entrar nos mercados africano e global devem adaptar-se às condições locais. Desde 2000, alguns países africanos implementaram com sucesso estratégias de crescimento motivadas pela exportação, mas sem criar empregos suficientes. A Caixa 1.2 propõe vários exemplos para mostrar diferentes percursos que os governos africanos têm seguido até agora.

Caixa 1.2. Alguns exemplos das estratégias de integração global dos governos africanos

Os quatro países africanos abaixo ilustram diversas estratégias de integração global, de acordo com os respetivos pontos fortes e fracos.

Na **Etiópia**, a Estratégia de Desenvolvimento Industrial do governo pretende promover as exportações em setores de mão-de-obra intensiva, tais como têxteis e vestuário, couro, açúcar, flores e cimento. O governo criou uma série de zonas económicas especiais para atrair os investidores estrangeiros para estes setores e interligou associações de produtores locais ao mercado mundial. Houve enormes investimentos públicos em infraestruturas nos setores da energia, transportes, comunicações, agricultura e setores sociais, embora os seus níveis iniciais fossem baixos (Moller e Wacker, 2017). Os investidores em setores estratégicos beneficiam de generosos incentivos fiscais, redução nos direitos de importação para bens de capital e matérias-primas necessárias para a produção e um acesso preferencial a terrenos e a financiamento concessionado. A estratégia também inclui disposições de transporte pela estatal Ethiopian Airlines.

Caixa 1.2. Alguns exemplos das estratégias de integração global dos governos africanos (cont.)

Marrocos atraiu IDE para novas atividades de exportação, a fim de tirar partido da sua proximidade geográfica aos mercados da União Europeia, acordos comerciais existentes e estabilidade política. Os planos estratégicos *Emerging Morocco 2005-2009*, seguidos do *National Pact for Industrial Emergence 2009-2015*, focaram-se em sete atividades específicas orientadas para a exportação – conhecidas como os sete Ofícios do Mundo de Marrocos: os setores da aeronáutica, automóvel, equipamentos elétricos, transformação de produtos agrícolas, têxtil e couro e atividades de deslocalização. O país está a registar um bom desempenho nas indústrias automóvel, de equipamento elétrico e aeronáutico e em atividades de deslocalização relacionadas com os serviços (por exemplo, a externalização de processos empresariais). A indústria de automóveis tornou-se no maior setor de exportação em 2014 e atingiu USD 5.3 mil milhões em 2015. No entanto, os setores de exportação tradicionais, como o vestuário e têxteis, têm vindo a perder postos de trabalho devido à queda da competitividade (El Mokri, 2016; OCDE, 2017a).

O **Senegal** começou a diversificar as suas exportações, e com êxito, através de uma abordagem de cadeia de valor agrícola. O apoio ativo do governo a certas cadeias agrícolas, tais como o arroz, a cebola, o amendoim e frutas, ajudou o país a melhorar a segurança alimentar e a diversificar o respetivo cabaz de exportação. Desde 2010, o Senegal impulsionou significativamente as suas exportações de produtos hortícolas, sobretudo para os mercados europeus. No entanto, o apoio governamental focou-se principalmente na produção. Os segmentos de pós-produção da cadeia de valor, tais como a transformação, o armazenamento e a comercialização, deparam-se com sérias e insuperáveis restrições, nomeadamente no setor do arroz.

A abertura comercial do Senegal (total de importações e exportações de bens e serviços) foi cerca de 75% do PIB entre 2011 e 2015. Os aflusos de remessas foram cerca de 10% do PIB anualmente, estimulando o crescimento. Todavia, entre 2007 e 2009, a economia mostrou-se vulnerável aos choques exógenos das crises de energia, de alimentos e financeira.

A **África do Sul** tem sido bem-sucedida na melhoria das cadeias de valor globais. Além de funcionar como um núcleo de concentração para a indústria de automóveis, a África do Sul tornou-se num fornecedor global de componentes (bancos e catalisadores), capitalizando as competências disponíveis localmente e os produtos intermédios. Por forma a diversificar mais a economia, os *Industrial Policy Action Plans (IPAP)* priorizam, desde 2007, setores de médio a alto valor acrescentado e de mão-de-obra intensiva, tais como a transformação de produtos agrícolas, veículos, têxteis e energia verde.

Além de promover o comércio e atrair o IDE, os IPAP fornecem incentivos e coordenam ações de reforço das competências e das capacidades industriais e científicas (Zalk, 2012). Estas políticas melhoraram a cooperação e a discussão entre os ministérios do governo, o banco nacional de desenvolvimento, as partes interessadas do setor privado, da sociedade civil e das universidades (Baloy, 2012). Acresce ainda que as empresas líderes da África do Sul nos setores das telecomunicações, banca e atividades mineiras também estão a efetuar investimentos diretos noutros países africanos, para explorar os mercados regionais. Por exemplo, a maior cadeia a retalho africana, a Shoprite da África do Sul, dispõe agora de mais de 260 supermercadões em 16 países africanos.

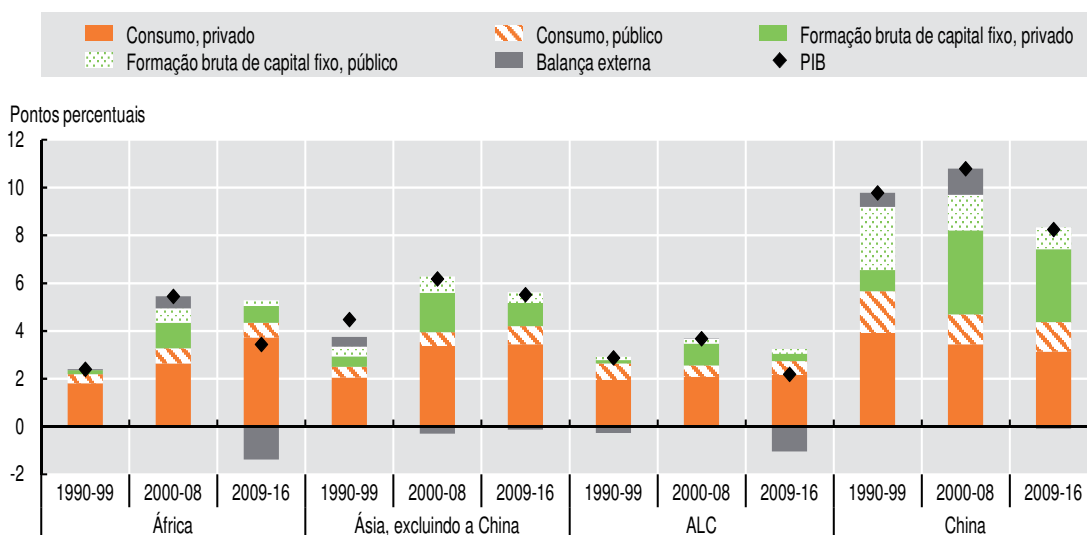
Apesar do esforço do governo no sentido de apoiar os jovens empresários, a proporção de pessoas com idades entre os 15-24 anos que não estão nem a estudar nem a trabalhar ou em formação permanece consistentemente alta. Tem sido superior a 30% todos os anos desde 2012 – em 2016, mais de 3 milhões de jovens (OCDE, 2017b: 131).

Expandir os mercados internos constitui uma grande esperança para as empresas locais, caso estas consigam modernizar os seus produtos

A procura regional africana é cada vez mais favorável ao crescimento por diversas razões:

1. O contributo do consumo privado para o crescimento do PIB aumentou progressivamente e chegou aos 3.7 pontos percentuais anualmente ao longo do período de 2009-16 (Figura 1.16). Trata-se de um valor comparável ao da China e de outros países asiáticos em desenvolvimento.
2. As oportunidades comerciais em África estão a atrair investidores internacionais interessados em mais do que na riqueza do continente em termos de recursos naturais. As potencialidades dos mercados internos e regionais atraíram 53.4% dos novos projetos de IDE para África em 2013-17 (*fDi markets*, 2017). Esta proporção é semelhante ao nível da Ásia (55.7%) e quase dez pontos percentuais superior ao da ALC (44.8%).
3. Os recentes progressos na redução quer dos procedimentos administrativos quer dos custos de arranque e gestão de uma empresa tornaram o ambiente empresarial mais atrativo: 29.5% dos investidores estrangeiros referem esta melhoria entre as principais motivações para investir em África, em comparação com 12% em 2003-2007.

Figura 1.16. Decomposição do crescimento por despesas em África, na Ásia e na ALC, 1990-2016



Nota: Os dados incluem 52 países africanos, 34 países asiáticos em desenvolvimento e 23 países da ALC em desenvolvimento. A contribuição para o crescimento por alteração de inventário é quase zero (± 0.01 pontos percentuais) e foi, portanto, retirada da figura.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782696>

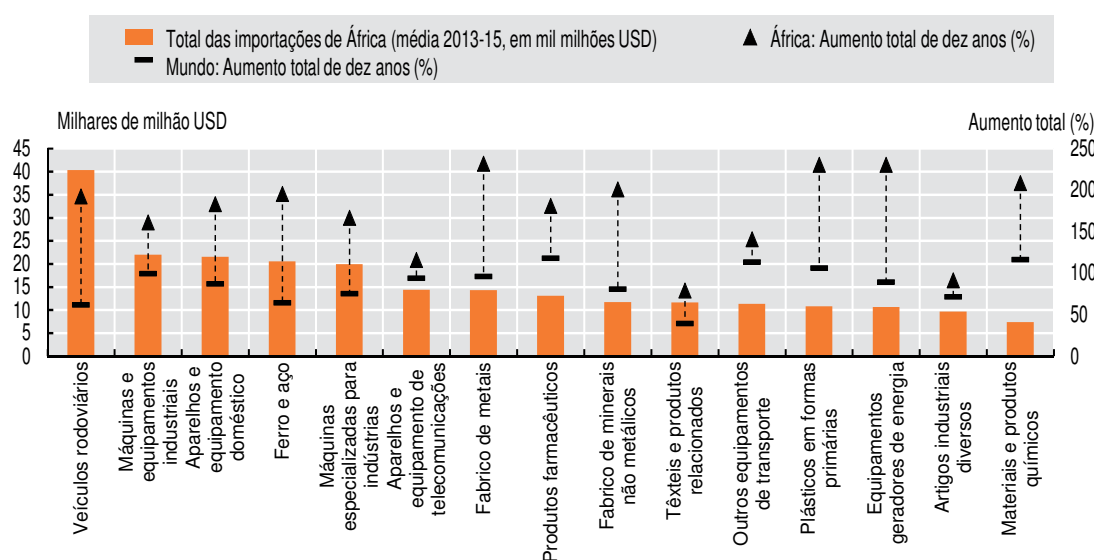
A procura está a deslocar-se para bens mais transformados. O rápido crescimento urbano das economias africanas e um maior poder de compra da classe média emergente em África são os pilares do crescimento do consumo privado. A classe média, definida

como quem gasta entre USD 5 e USD 20 por dia, aumentou de 108 milhões de pessoas em 1990 para 247 milhões em 2013. Tanto os mercados de produtos alimentares como não alimentares, à exceção dos produtos petrolíferos, são mais dinâmicos do que as médias globais. Esta mudança na procura é impulsionado pela urbanização e o crescimento demográfico em África. O capítulo 2 discutirá estes dois processos em maior detalhe.

Os mercados de produtos alimentares estão em expansão no continente e devem triplicar até 2030 (Byerlee *et al.*, 2013). As preferências alimentares estão a mudar dos básicos para alimentos processados de valor mais elevado (ver Bricas, Tchamda e Thirion, 2014; Reardon *et al.*, 2018). Os dados da COMTRADE revelam que a procura de alimentos processados está a crescer rapidamente, acima de 1.5 vezes mais depressa do que a média global entre 2005 e 2015. As duas importações alimentares mais dinâmicas durante esse período foram produtos de carne (+323% em valor em dez anos) e bebidas (+306%, excluindo preparados de café e de cacau).

Alguns produtos não alimentares encontram-se também em franco crescimento rápido (Figura 1.17). Estes padrões são comuns a todas as cinco regiões de África.⁷

Figura 1.17. As 15 principais importações não alimentares de África, 2013-15

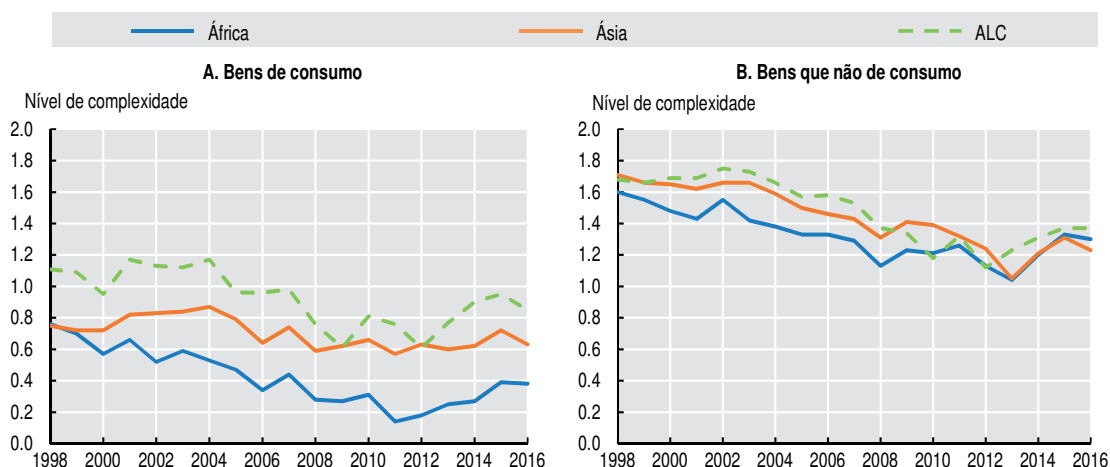


Nota: Excluindo produtos petrolíferos. Usando os códigos de produto de dois dígitos da Classificação Tipo para o Comércio Internacional, classificação da revisão 3. O eixo direito mostra o aumento total dos valores ao longo de um período de dez anos.

Fonte: Cálculos dos autores com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), UNCOMTRADE (base de dados). StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782715>


O nível de complexidade dos produtos de importação africanos diminuiu ao longo do tempo, tanto para os bens de consumo como para outros produtos importados (Figura 1.18). O nível de complexidade dos bens de consumo importados para África caiu para metade, de 0.8 para 0.4 entre 1998 e 2016 (Figura 1.18, Painel A). O menor nível de complexidade sugere que a tecnologia de produção desses produtos se está a tornar mais disseminada, permitindo que mais países os forneçam. Custos fixos reduzidos permitem às empresas africanas variar os seus produtos.

Figura 1.18. Nível de complexidade das importações para África, Ásia e ALC, 1998-2016



Nota: Excluindo produtos petrolíferos. Os tipos de bens são definidos pelas classificações Broad Economic Categories para bens de consumo (categorias 1, 5 e 6) e bens que não de consumo (categorias 3, 4 e 7). O índice de complexidade de cada produto, uma medida da intensidade de conhecimento relativa envolvida na produção do produto, é calculado para cada ano usando a metodologia de Hidalgo e Hausmann (2011).

Fonte: Cálculos dos autores com base na Divisão de Estatística da ONU (2017), UNCOMTRADE (base de dados).

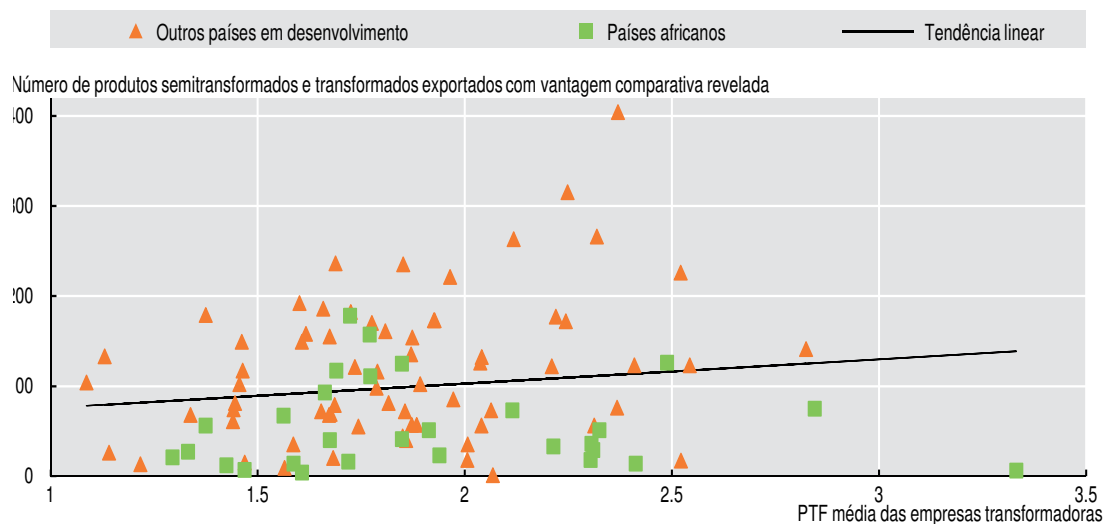
StatLink  <http://dx.doi.org/10.1787/888933782734>

As empresas locais devem modernizar a sua tecnologia e processos de produção se quiserem atender à nova procura interna. Por exemplo, é necessário melhorar os processos de produção e a tecnologia dos produtos, acrescentar funcionalidades apetecíveis e dispor de rotulagem e certificação de qualidade para competir nos mercados globais (Porter, 1990). Uma análise entre países mostra uma correlação positiva entre melhorias de eficiência no nível das empresas e a vantagem comparativa dos países nas exportações de bens semi-transformados e transformados (Figura 1.19). Estudos microeconómicos mostram que as famílias com maiores rendimentos procuram produtos com maior qualidade e normas. Na África Ocidental, o aumento dos rendimentos está associado a uma menor propensão para as famílias de consumirem bens do setor informal, assim como uma menor propensão para o uso dos canais de distribuição informais (Böhme e Thiele, 2012).

As empresas africanas ficam muito aquém em relação à fronteira de tecnologia global na maioria dos setores de crescimento rápido. Esta conclusão é tirada de um painel de 7000 empresas do *World Bank Enterprise Surveys* ao longo do período 2006-15 em 70 países em desenvolvimento e 11 indústrias transformadoras (Nguyen e Végonzonès-Varoudakis, 2017). Na Nigéria, por exemplo, os níveis médios da PTF na indústria transformadora situam-se apenas em 53% do nível dos 10% das empresas mais produtivas nos países em desenvolvimento. Os setores alimentar e da indústria transformadora não metálica estão muito abaixo do limite de produção global, atingindo somente 27% e 38% dentre os melhores desempenhos, respetivamente.

Destacam-se algumas exceções interessantes, nomeadamente em Marrocos e na África do Sul. As empresas em Marrocos têm um bom desempenho em vários setores, tais como produtos alimentares, de couro e de metal. As empresas na África do Sul parecem estar entre as melhores nos países africanos em desenvolvimento, em questões de desempenho, em oito setores da indústria transformadora. A PTF do país regista uma média de 91% do limite de desempenho no setor alimentar e até 100% na indústria transformadora não metálica, no mobiliário de madeira e nas máquinas (ver Tabela 2 em Nguyen e Végonzonès-Varoudakis, 2017).

Figura 1.19. Produtividade total dos fatores para empresas transformadoras em países africanos e noutros países em desenvolvimento



Fonte: Cálculos da PTF para empresas transformadoras com base em Nguyen e Véganzonès-Varoudakis (2017) usando o Enterprise Surveys (2017), *World Bank Enterprise Surveys*. O número de produtos com vantagens comparativas reveladas é calculado com base na Divisão de Estatísticas das Nações Unidas (2017), *UN COMTRADE* (base de dados).

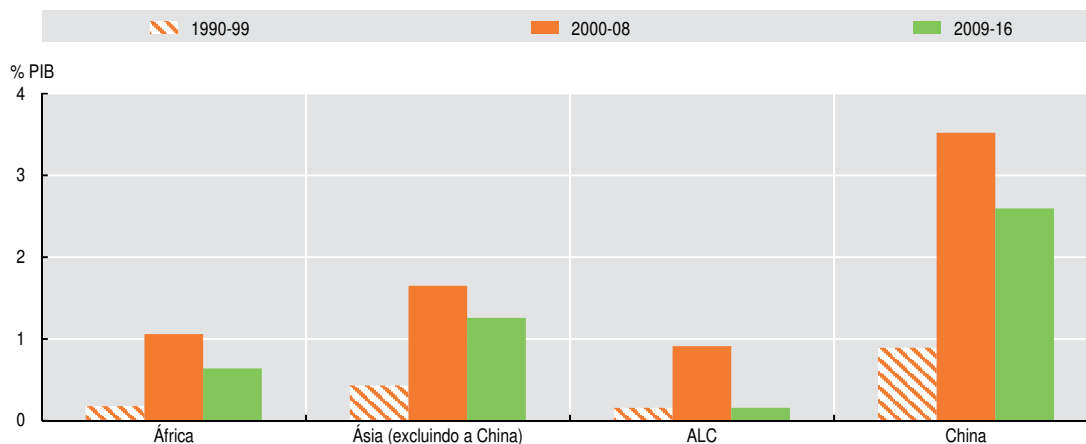
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782753>

Novas políticas podem ajudar as empresas nacionais a alcançar a fronteira de produtividade e a abordar oportunidades comerciais

São necessárias políticas mais sólidas em prol da produtividade das empresas por duas razões principais. Primeiro, não obstante a promessa dos mercados crescentes africanos, o investimento privado ainda não respondeu nesse sentido. A contribuição do investimento privado para o crescimento africano ficou significativamente atrás do nível da Ásia, apesar das reformas empresariais favoráveis (Figura 1.20). Na Ásia (excluindo a China), o investimento privado contribuiu com 1.3 pontos percentuais para o crescimento do PIB ao ano entre 2009 e 2016. Trata-se de mais do dobro da contribuição do investimento privado para o crescimento em África (0.6 pontos percentuais). Os empresários africanos costumam preferir envolver-se em atividades com um volume de negócios relativamente célere que não exijam investimentos de longo prazo. A maior proporção (55%) dos empresários trabalha no comércio a retalho, hotelaria e restauração (BAD/OCDE/PNUD, 2017). Em segundo lugar, ajudar as empresas africanas a alcançar a fronteira de produtividade global exigirá mais apoio em termos de políticas, além das reformas empresariais habituais que reduzem os custos de arranque.

Mesmo após a exclusão de fatores como o ambiente empresarial, a maioria das empresas africanas são menos produtivas do que as de outros lugares. Os obstáculos no ambiente empresarial, tais como o custo e a falta de crédito para o setor privado, a corrupção e as incertezas regulamentares e as barreiras de infraestruturas, não explicam completamente esta situação. Após a exclusão desses fatores, os resultados revelam que a maioria das empresas africanas continua muito abaixo da PTF média dos primeiros 10% das empresas transformadoras mais produtivas nos países em desenvolvimento (Figura 1.21).

Figura 1.20. Contribuição da formação bruta de capital fixo privado para o crescimento do PIB em África, na Ásia e na ALC, 1990-2016

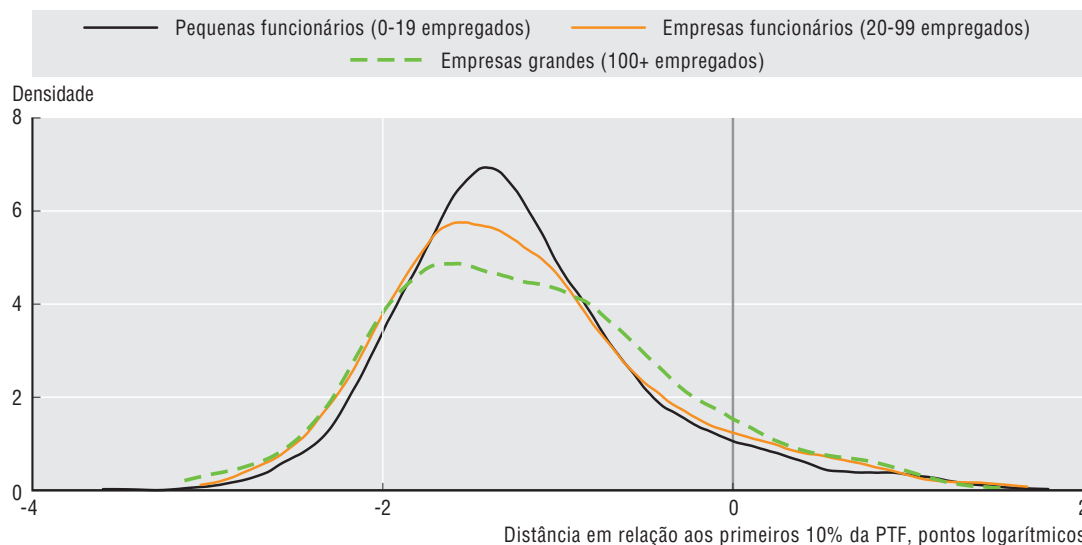


Nota: Os dados incluem 52 países africanos, 34 países asiáticos em desenvolvimento e 23 países da ALC em desenvolvimento.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados) e FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782772>

Figura 1.21. Distância das empresas africanas em relação aos primeiros 10% da produtividade total dos fatores para a indústria transformadora nos países em desenvolvimento



Nota: Estas conclusões são tiradas de um painel de 7000 empresas inquiridas duas vezes, em 70 países em desenvolvimento e 11 indústrias transformadoras. A figura tem em conta os efeitos de múltiplos indicadores de ambientes empresariais. Ver pormenores em Nguyen e Véganzonès-Varoudakis (2017).

Fonte: Cálculos dos autores com base em Enterprise Surveys (2017), *World Bank Enterprise Surveys 2006-2015*.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782791>

Um certo número de fatores ao nível das empresas também contribui para este fraco desempenho, incluindo os dois que se seguem:

1. A qualidade da gestão das empresas africanas é inferior. Bloom, Sadun e Van Reenen (2017) mostram que, embora as capacidades de gestão expliquem um terço das variações da PTF em empresas transformadoras, a qualidade da gestão é a mais baixa entre os seis países africanos da amostra.

2. A informalidade limita o crescimento da produtividade. As microempresas e as PME do setor da indústria transformadora deparam-se com elevados custos de oportunidade para sair da informalidade, o que os impede de investir e de se modernizar (Rodrik, 2017: 12). O acesso limitado a boas redes comerciais, a rotulagem e a certificação de qualidade, e a uma procura fiável dificultam o investimento de lucros por parte das empresas informais em inovação ou na melhoria dos seus produtos. Até as empresas informais mais produtivas enfrentam obstáculos significativos. Por exemplo, no setor da indústria transformadora na Etiópia, a maior empresa informal regista um capital social mediano de 16 425 birr (cerca de USD 600) e ganha um pequeno retorno de capital de apenas 1%; enquanto uma empresa formal com capital social equivalente ganha pelo menos 16.5% (ver Tabela 4 em Siba, 2015).

Para colher os benefícios do investimento em zonas económicas especiais, os decisores africanos precisarão de políticas que incluam as empresas que servem os mercados locais. Muitas pequenas empresas promissoras podem beneficiar das repercussões dos *clusters* empresariais para se ampliar, modernizar e competir nas redes de produção. Recentemente, vários países africanos, como a Etiópia e Marrocos, identificaram ZEEs para atrair empresas líderes e criar empregos na indústria transformadora.

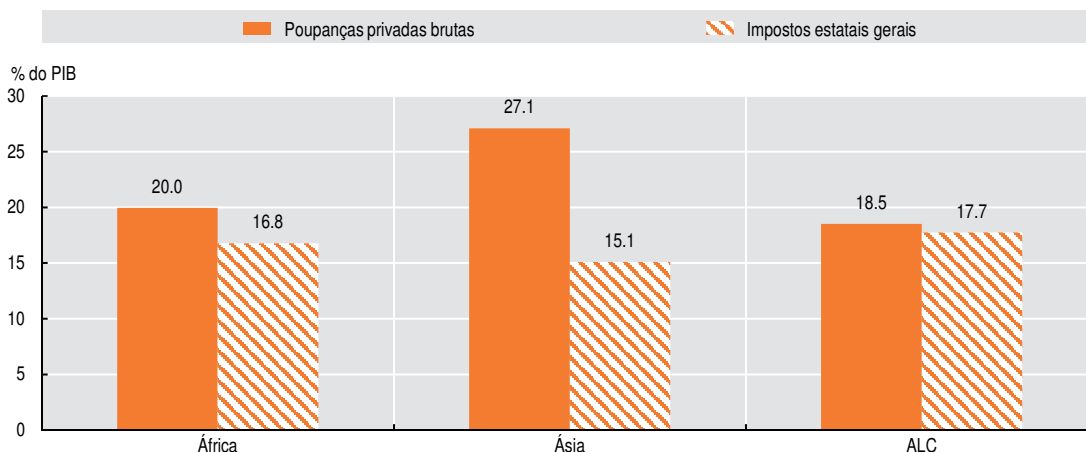
No entanto, as ZEEs, por si só, não conseguem oferecer empregos suficientes nem repercussões de produtividade por, pelo menos, quatro razões:

1. As empresas líderes nas ZEEs exigem, muitas vezes, competências e níveis de qualidade que as empresas e as reservas de mão-de-obra africanas não conseguem fornecer. Por isso, atrair empresas de IDE global em ZEE pode criar enclaves de crescimento isolado que não dispõem de interligações de produção suficientes ou externalidades de tecnologia para a economia local.
2. O enfoque das exportações destas ZEE tende a excluir algumas empresas nacionais que precisam de funcionar nos mercados locais. Em certos casos, as políticas de isenção fiscal podem impedir que as empresas das ZEEs produzam para os mercados locais.
3. As ZEEs não vão criar postos de trabalho suficientes para a massa de jovens que estão por entrar no mercado de trabalho em África. De acordo com um inquérito a 91 ZEEs em 20 países da África subsariana, estas representam cerca de 1 milhão de postos de trabalho, ou 0.2% do emprego nacional (Kingombe e Te Velde, 2013).
4. Com poucas exceções, tais como a Etiópia, a maioria dos países africanos não possui a estrutura salarial para competir em custos de mão-de-obra (ver Megatendência 1, Capítulo 2).

Políticas sólidas podem ajudar as poupanças internas e os fluxos financeiros externos a desbloquear o potencial do investimento privado

É necessário mobilizar recursos internos – especialmente as poupanças internas – para promover o investimento em atividades que podem aumentar a produtividade e criar postos de trabalho. As poupanças internas constituem o recurso mais importante e bem distribuído nos países em desenvolvimento. Em média, em África, representaram USD 422 mil milhões por ano ao longo do período de 2009-16, o que equivale a 20% do PIB do continente, um montante superior ao das receitas fiscais durante o mesmo período (Figura 1.22). As dez maiores economias africanas tinham taxas de poupança privada que variavam de 49% do PIB em Angola para 9% no Sudão. Porém, a redução dos preços das matérias-primas e um crescimento económico mais moroso podem limitar as receitas e as despesas públicas no curto e médio prazos. Melhorar a intermediação financeira pode ajudar a mobilizar os recursos internos para apoiar o investimento produtivo (ver Capítulo 8).

Figura 1.22. Poupanças privadas brutas e impostos estatais gerais enquanto proporção do PIB na África, Ásia e LAC, 2009-16



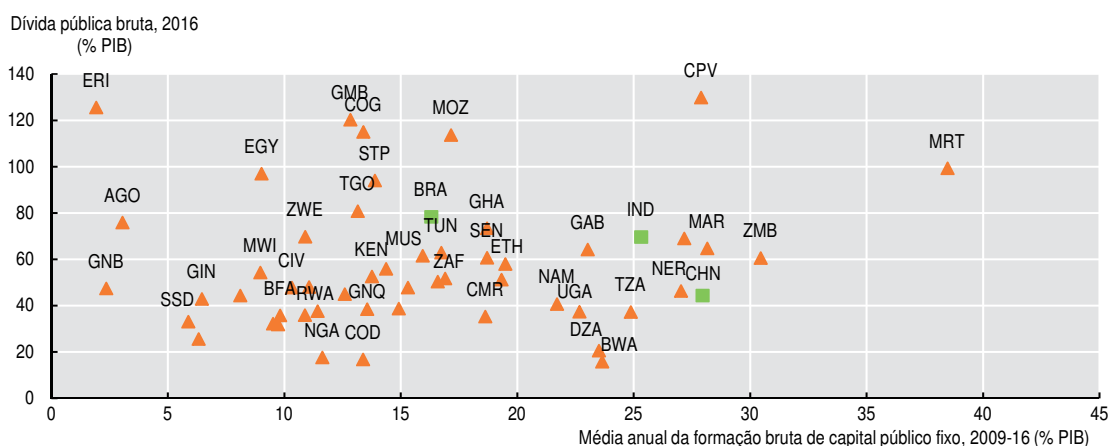
Nota: Os dados incluem 42 países africanos, 33 países asiáticos e 20 países da ALC.

Fonte: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), World Economic Outlook (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782810>

Desde 2015, as menores rendas dos recursos naturais e um menor crescimento económico reduziram as receitas públicas em muitos países ricos em recursos naturais, limitando o investimento público. Países como Angola e Nigéria estão a consolidar a balança fiscal, sobretudo cortando o investimento de capital. A dívida pública está a crescer em muitos países e em alguns já chegou a 100% do PIB (Figura 1.23). O número de países de baixo rendimento em situação de sobre-endividamento ou em alto risco deste aumentou de 7 em 2013 para 12 em 2016 e quase todos os países africanos com classificações de crédito sofreram uma queda abaixo do grau de investimento (FMI, 2017). Assim, aumenta a exposição dos orçamentos dos países a choques externos, tais como a disponibilidade de liquidez nos mercados internacionais e os níveis de taxas de juros. Manter o impulso de crescimento e a acumulação de capital pode, por conseguinte, exigir a mobilização de outras fontes que não a dívida pública.

Figura 1.23. Dívida pública bruta versus formação bruta de capital fixo pública em África, no Brasil, na China e na Índia, 2009-16



Nota: Os dados incluem apenas 52 países africanos devido à disponibilidade limitada.

Fonte: Cálculos dos autores com base em Banco Mundial (2017a), World Development Indicators (base de dados) e FMI (2018), World Economic Outlook (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782829>

África terá de incentivar o investimento privado em atividades produtivas. O setor público já investe mais de 20% do PIB todos os anos entre 2009 e 2016, em 12 de 52 países africanos onde há dados disponíveis. Noutros 27 países, o investimento público anual foi entre 10 e 20% do PIB, em média, no mesmo período. O investimento baseado unicamente na despesa pública dificilmente pode ser sustentado nos médio e longo prazos. O investimento privado foi de apenas 15% do PIB, em média, entre 2009 e 2016, significativamente abaixo da média de 24% da Ásia em desenvolvimento e da média de 17% da ALC. Nos países africanos ricos em recursos naturais, o investimento privado representava apenas 13% do PIB, em comparação com 18% nos países africanos não ricos em recursos (Figura 1.3, Painel B).

Os governos precisam de combater os fluxos financeiros ilícitos (FFI). Os FFI privam os países de recursos que poderiam ser utilizados, pelo menos parcialmente, para a redistribuição, o financiamento de bens públicos e a promoção de investimentos privados em empresas locais. Os fluxos financeiros ilícitos para fora de África ascendem a USD 50 mil milhões anualmente (CUA/ECA, 2017). Este montante é semelhante à ajuda pública ao desenvolvimento que África recebe (ver Tabela 1.2). Os FFI provêm de cinco fontes principais: subornos, evasão fiscal, ganhos empresariais criminosos, deslocação de lucros das empresas e evasão à regulamentação aplicável à moeda (ver Reuter, 2017). São muitos os canais para a movimentação de fundos ilícitos, incluindo a adulteração de faturas comerciais e fugas de dinheiro da balança de pagamentos (Global Financial Integrity, 2015).

África precisa de melhorar a eficiência global do investimento público, a fim de incrementar a produtividade. A governação débil dos investimentos públicos pode levar a uma má gestão financeira e manutenção insuficiente (FMI, 2016b) ou a uma fraca apropriabilidade de projetos de investimento. Por exemplo, devido à falta de competências e serviços de apoio para adaptar as máquinas e tecnologias importadas ao contexto africano, o crescimento da produtividade agrícola em África é cerca de metade da taxa média dos países em desenvolvimento (Ninn-Prat, 2015). As barreiras de infraestruturas também reduzem as taxas de utilização de capital. As falhas de eletricidade, por exemplo, impedem os trabalhadores de fazer vários turnos e atrasam os ciclos de produção.

Os influxos financeiros podem desempenhar um papel importante na manutenção do investimento produtivo, em especial em países sem litoral ou nos países não ricos em recursos. O total de influxos financeiros (remessas, IDE, influxos de carteira e APD líquida) para África atingiu 8.8% do PIB entre 2009 e 2016. Este nível é significativamente superior à média para a Ásia (3.8%) e a ALC (5.2%) (Figura 1.24). Em valores absolutos, o total de influxos para África aumentou de USD 103 mil milhões em 2005 para USD 185 mil milhões em 2016. Entre 2009 e 2016, os fluxos financeiros para África dependiam muito mais das remessas e da APD do que noutros continentes; as remessas e a APD representavam 2.8% e 2.4% do PIB africano, respetivamente. Desde o início da década de 2000, as remessas aumentaram mais de quatro vezes; a APD e o IDE mais do que duplicaram (Tabela 1.2). Em média, os países sem litoral recebem a maior proporção (13.3% do seu PIB), principalmente devido à contribuição da APD, das remessas e do IDE. Os países não ricos em recursos dependem mais dos influxos (totalizando 10.7% do seu PIB) do que os países ricos em recursos (6.9% do PIB).

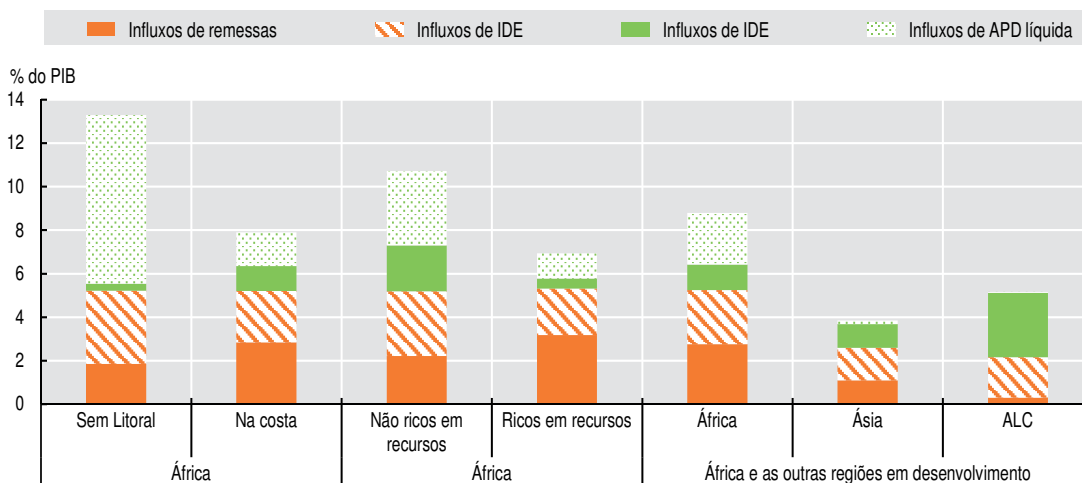
Os influxos de remessas, da APD e do IDE têm um impacto diferente nas economias africanas:

- Até agora, os influxos de remessas serviram principalmente o consumo interno. As remessas apoiaram o consumo das famílias ao invés do investimento privado, em parte devido a mecanismos de poupança subdesenvolvidos para os destinatários das remessas. Os fluxos de remessas podem aumentar as desigualdades sociais em

países onde os migrantes pertencem a famílias com rendimentos mais elevados (Anyanwu, 2011; Adams, Cuecuecha e Page, 2008). As políticas para atrair remessas para determinados setores, tais como obrigações da diáspora a fim de catalisar o investimento para projetos de infraestruturas públicas, tiveram pouco sucesso.

- Embora a APD tenha ajudado a reduzir a pobreza em muitos países altamente endividados, há mais a fazer para incentivar o investimento nos ativos produtivos de África. Desde 2000, a comunidade internacional tem-se concentrado sobretudo nos setores sociais como um meio de luta contra a pobreza. A APD pode ter sido afetada pela falta de coordenação entre os países doadores. Analisando os dados para o período de 2006-11, por exemplo, um relatório da OCDE identificou seis países menos desenvolvidos em África como potencialmente sub-ajudados (OCDE, 2009b). Tal assimetria na atribuição da ajuda levou à adoção da Agenda para a Ação de Acra em 2008. Tal facto chamou maior atenção para os países mais necessitados, incluindo os países africanos.
- O IDE em África representou 2.5% do PIB entre 2009 e 2016, mas a maior proporção estava concentrada no setor extrativo. Essa proporção (36% do total de IDE entre 2003 e 2014) havia limitado as externalidades para a economia local. Uma vez que o setor extrativo, muitas vezes, tem poucas interligações com a economia local, o IDE não estimulou mais investimento privado nem criou um número suficiente de postos de trabalho. Além disso, o IDE pode levar a maior desigualdade de rendimentos dado que os elevados requisitos de competências do setor de IDE podem exacerbar fracos retornos para a educação (Bogliaccini e Egan, 2017).

Figura 1.24. Total de influxos financeiros enquanto percentagem do PIB na África, Ásia e LAC, 2009-16



Fontes: Cálculos dos autores com base em FMI (2018), *World Economic Outlook* (base de dados), OCDE-CAD (2017), *International Development Statistics* (base de dados) e Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933782848>

De futuro, os países africanos podem canalizar melhor estes influxos financeiros para atividades fortemente interligadas com a economia local. As poupanças internas e as remessas podem fornecer incentivos para investir em atividades com fortes efeitos multiplicadores que gerem elevados retornos sociais. Alavancar esses recursos financeiros pode ajudar a reduzir o custo de pequenos investimentos de capital. O uso generalizado de pagamentos móveis e sistemas bancários (por exemplo, M-Pesa) cria novos serviços para milhões de clientes. Tais sistemas podem aumentar a disponibilidade

de financiamento e serviços de pagamento para microempresas e PME com menores custos e riscos. A melhoria da capacidade das PME e jovens empresas serem listadas nas trocas secundárias também pode ajudar. O Capítulo 8 analisará políticas para aproveitar estas potencialidades.

As estratégias para promover o IDE devem assegurar que os fornecedores internos consigam estar alinhados com as necessidades das empresas líderes em IDE em termos de qualidade e especificações do produto. A criação de uma estratégia nacional para a rotulagem de qualidade pode facilitar a interação de diversos atores dentro das cadeias de valor. O IDE pode ajudar na transferência de tecnologia e conhecimento, sob a forma de técnicas de produção, de gestão ou de práticas comerciais. O IDE em África tornou-se cada vez mais diversificado e agora direciona-se a indústrias de tecnologias de informação e comunicações, alimentos e serviços financeiros. Uma análise econométrica mostra que os determinantes mais significativos do IDE no setor da indústria transformadora africana são a dimensão do mercado interno e a qualidade das infraestruturas (por exemplo, portos, ferrovias e rodovias) e serviços de transporte para aceder a insumos locais. Estes dois fatores explicam 28% das variações na atração de IDE para África (Wall, 2016).

Tais interligações fazem, muitas vezes, com que o impacto do IDE no crescimento económico e na produtividade seja mais duradouro (OCDE, 2015; Rand, 2015). O acesso a tecnologia e conhecimento através de interligações com empresas líderes é menos dispendioso e menos arriscado para as PME na maioria dos países em desenvolvimento do que gerar toda a capacidade necessária em investigação e desenvolvimento de novas tecnologias (OCDE/Banco Mundial, 2015). Um caso ilustrativo é a indústria de automóveis em Marrocos, onde a abertura de novas fábricas de automóveis em 2005 levou à melhoria da gestão e de outras técnicas nas empresas marroquinas que forneciam às fábricas em questão (Hahn e Vidican-Auktor, 2017). Calabrese (2017) encontra evidências de aumento da produtividade empresarial através da transferência de tecnologia, em especial no setor agrícola. Algumas empresas do setor das indústrias de transformação de produtos agrícolas já se encontram envolvidas em importantes iniciativas na transferência de tecnologia, trabalhando intensivamente com os fornecedores locais, incluindo os pequenos agricultores. É este o caso da Blue Skies no Gana; da OLAM na Nigéria; da SabMiller na África do Sul (BAD/OCDE/PNUD, 2014: 164-166); e da Cargill, Mars, Nestlé, Olam, SIFCA e Unilever nas indústrias de cacau e óleo de palma da Côte d'Ivoire (OCDE, 2016: 55, 75).

A APD pode retirar algum risco ao investimento privado e ajudar as PME a cumprir com as normas internacionais. Embora a APD seja essencial para reduzir a pobreza e as crises humanitárias, uma parte da APD também pode ser aproveitada como garantia para angariar mais fundos de capital para investimento no longo prazo. Por exemplo, uma vez que, do total de APD para África, cerca de USD 35 mil milhões por ano consistem em subsídios, titularizar pouco mais de USD 5 mil milhões permitiria aos países doadores angariar USD 100 mil milhões adiantados. Este montante poderia financiar a parte pública de investimentos público-privados em grandes projetos de infraestruturas em África (Birdsall e Okonjo-Iweala, 2017). Tais soluções podem ajudar os países a obter empréstimos com prazos de vencimento mais longos e menores taxas de juros. O financiamento do desenvolvimento ajudou a mobilizar USD 81 mil milhões de investimento privado entre 2012 e 2015 (OECD, 2018). A APD pode ajudar as empresas locais no acesso a normas de qualidade e especificações do produto, pode servir para aumentar as competências técnicas e de gestão, ajudando os governos a melhorar os programas de formação técnica, empresarial e profissional. A APD também pode ajudar na revisão dos processos de produção. Pode, por fim, promover produtos de alta qualidade, apoiando as iniciativas de rotulagem de qualidade (ver OCDE/OMC, 2013; OCDE/OMC, 2017).

Notas

1. Média móvel de três anos.
2. O programa reduziu cerca de 1.5 pontos percentuais do PIB aos serviços da dívida dos países beneficiários entre 2001 e 2015.
3. O índice de Gini mede até que ponto a distribuição de rendimentos entre indivíduos ou famílias numa economia se afasta de uma distribuição de perfeita igualdade. O índice varia de 0 no caso de “igualdade perfeita” (cada proporção da população recebe a mesma proporção de rendimento) até 100 no caso de “desigualdade perfeita” (todos os rendimentos vão para a proporção de população com os maiores rendimentos).
4. O projeto Commitment to Equity (CEQ) é liderado por Nora Lustig desde 2008 e é uma iniciativa do Center for Inter-American Policy and Research (CIPR: Centro para a Política Interamericana e a Investigação) e do Departamento de Economia da Universidade de Tulane, do Center for Global Development (Centro para o Desenvolvimento Global) e do Inter-American Dialogue (Diálogo Interamericano). O Projeto CEQ tem sede no Commitment to Equity Institute em Tulane. Ver. www.commitmenttoequity.org
5. Para mais pormenores, ver De Vries et al. (2015) e Diao, McMillan e Rodrik (2017).
6. Por exemplo, entre 1991 e 2001, as empresas transformadoras indonésias testemunharam um aumento de produtividade de 12 pontos percentuais, na sequência de uma queda de 10 pontos percentuais nas tarifas dos insumos que importavam (Amiti e Konings, 2007).
7. Ver, por exemplo, Allen e Heinrigs (2016) e OCDE (2016:69) sobre o caso da África Ocidental e Tschirley et al. (2015) relativamente à África Oriental e Austral.

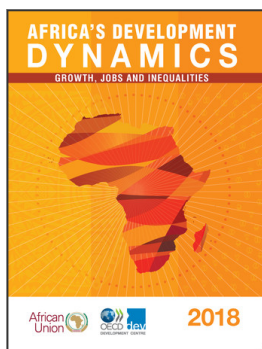
Bibliografia

- Adams, R. H. Jr., A. Cuecuecha e J. Page (2008), “The impact of remittances on poverty and inequality in Ghana”, *Policy Research Working Paper*, No. 4732, Banco Mundial, Washington, DC, <http://hdl.handle.net/10986/6940>
- Allen, T. e P. Heinrigs (2016), “Emerging opportunities in the West African food economy”, *West African Papers*, No. 01, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5j1vfvj4968jb-en>.
- Amiti, M. e J. Konings (2007), “Trade liberalization, intermediate inputs, and productivity: Evidence from Indonesia”, *American Economic Review*, Vol. 97/5, pp. 1611-1638.
- Anyanwu, J.C. (2011), “International remittances and income inequality in Africa”, *Working Paper*, No. 135, Banco Africano de Desenvolvimento, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Publications/WORKING%20135%20International%20Remittances%20and%20Income%20Inequality%20in%20Africa-August2011%20.pdf.
- Avom, D. e D. Mignamissi (2017), “Pourquoi le commerce intra-CEEAC est-il si faible ?”, *Revue française d'économie*, Vol. 32/3, pp. 136-170.
- BAD/OCDE/PNUD (2017), *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2017-en>.
- BAD/OCDE/PNUD (2016), *African Economic Outlook 2016: Sustainable Cities and Structural Transformation*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2016-en>.
- BAD/OCDE/PNUD (2014), *African Economic Outlook 2014: Global Value Chains and Africa's Industrialisation*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2014-en>.
- BAD/OCDE/PNUD/UNECA (2012), *African Economic Outlook 2012: Promoting Youth Employment*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2012-en>.
- Banco Mundial (2017a), *World Development Indicators* (base de dados), <http://wdi.worldbank.org> (consultada em 15 de fevereiro de 2018).
- Banco Mundial (2017b), *PovcalNet* (base de dados), <http://iresearch.worldbank.org/PovcalNet/povOnDemand.aspx> (consultada em 20 de abril de 2018).
- Baloy, B. (2012), “The political economy of South Africa industrial policy”, *Expert Meeting Sustaining Growth in a Context of Shifting Wealth: What Role for Industrial Policy?*, apresentação no Centro de Desenvolvimento da OCDE, Paris.
- Berg, A., J.D. Ostry e J. Zettelmeyer (2012), “What makes growth sustained?”, *IMF Working Paper*, No. 08/59, Fundo Monetário Internacional, www.imf.org/en/Publications/WP/Issues/2016/12/31/What-Makes-Growth-Sustained-21769.

- Birdsall, N. e N. Okonjo-Iweala (2017), “A big bond for Africa”, Project Syndicate, www.project-syndicate.org/commentary/africa-regional-infrastructure-investment-bond-by-nancy-birdsall-and-ngozi-okonjo-iweala-2017-04?barrier=accessreg.
- Bleaney, M. e D. Greenaway (2001), “The impact of terms of trade and real exchange rate volatility on investment and growth in sub-Saharan Africa”, *Journal of Development Economics*, Vol. 65/2, pp. 491-500, EconPapers.repec.org/RePEc:eee:devec:v:65:y:2001:i:2:p:491-500.
- Bloom, N., R. Sadun e J. Van Reenen (2016), “Management as a technology?”, *National Bureau of Economic Research Working Paper No. 22327*, www.nber.org/papers/w22327
- Boarini, R., A. Kolev e A. McGregor (2014), “Measuring well-being and progress in countries at different stages of development: Towards a more universal conceptual framework”, *OECD Development Centre Working Papers*, No. 325, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5jxss4hv2d8n-en>.
- Bogliaccini J.A. e P.J.W. Egan (2017), “Foreign direct investment and inequality in developing countries: Does sector matter?”, *Economics & Politics*, Vol. 29/3, pp. 209-236, <https://doi.org/10.1111/ecpo.12098>.
- Böhme, M. e R. Thiele (2012), “Is the informal sector constrained from the demand side? Evidence for six West African capitals”, *World Development*, Vol. 40/7, pp. 1369-1381, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2011.12.005>.
- Bricas, N., C. Tchamda e M.C. Thirion (2014), “Consommation alimentaire en Afrique de l’Ouest et Centrale : les productions locales tirées par la demande urbaine, mais les villes restent dépendantes des importations de riz et de blé”, in *Le Déméter, Économie et stratégies agricoles*, CIRAD-Afristat-AFD, pp. 125-142, www.clubdemeter.com/.
- Byerlee, D. et al. (2013), “Growing Africa: Unlocking the potential of agribusiness”, Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/2013/03/17427481/growing-africa-unlocking-potential-agribusiness-vol-1-2-main-report>.
- Calabrese, L. (2017), “Chinese investment and knowledge transfer in Africa”, *Growth Research Programme*, <https://dl.orangedox.com/Brief-China-Africa-investment-1>.
- CEQ Institute (2018), *Commitment to Equity Institute Data Center on Fiscal Redistribution*, <http://commitmenttoequity.org/datacenter>.
- Christiansen, L., M. Schindler e T. Tressel (2013), “Growth and structural reforms: A new assessment”, *Journal of International Economics*, Vol. 89/2, pp. 347-356.
- CUA/ECA (2017), *Illicit Financial Flows*, relatório do Painel de Alto Nível relativo aos Fluxos Financeiros Ilícitos de África, Comissão da União Africana e Comissão Económica das Nações Unidas para África, www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/iff_main_report_26feb_en.pdf
- De Vries, G., M. Timmer e K. de Vries (2015), “Structural transformation in Africa: Static gains, dynamic losses”, *The Journal of Development Studies*, Vol. 51/6, pp. 674-688, <https://doi.org/10.1080/00220388.2014.997222>.
- De Vries, G. et al. (2015), *GGDC 10-Sector Database*, <https://www.rug.nl/ggdc/productivity/10-sector/>.
- Diao, X, M. McMillan e D. Rodrik (2017), “The recent growth boom in developing economies, a structural-change perspective”, *NBER Working Paper*, No. 23132, www.nber.org/papers/w23132.
- Divisão de Estatística da ONU (2017), *UN COMTRADE* (base de dados), <http://wits.worldbank.org/wits/> (consultada em 1 de fevereiro de 2018).
- ECA (2017), *Transforming African Economies through Smart Trade and Industrial Policy*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, <https://www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/transforming-african-economies-smart-trade-industrial-policy-eng.pdf>.
- El Mokri, K. (2016), “Morocco’s 2014-2020 Industrial Strategy and its potential implications for the structural transformation process”, *OCP Policy Center*, No. 1628, www.ocppc.ma/publications/morocco%E2%80%99s-2014-2020-industrial-strategy-and-its-potential-implications-structural.
- Enterprise Surveys (2017), *World Bank Enterprise Surveys*, www.enterprisesurveys.org (consultado em abril de 2017).
- fDi Markets (2017), *fDi Markets* (base de dados) www.fdimarkets.com (consultada em 2 de junho de 2017). Gallup (2017), *Gallup World Poll*, www.gallup.com/services/170945/world-poll.aspx.
- FMI (2018), *World Economic Outlook, October 2018* (base de dados), Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2018/01/weodata/index.aspx (consultada em 20 de abril de 2018).
- FMI (2017), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa, Fiscal Adjustment and Economic Diversification*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- FMI (2016a), *Regional Economic Outlook: Sub-Saharan Africa, Timefora Policy Reset*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, <https://www.imf.org/en/Publications/REO/SSA/Issues/2016/04/05/Time-for-a-Policy-Reset>.

- FMI (2016b), *World Economic Outlook: Subdued Demand: Symptoms and Remedies*, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC, www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2016/02.
- Ghosh, A. e J. Ostry (1994), "Export instability and the external balance in developing countries", *International Monetary Fund Staff Papers*, Vol. 41/2, pp. 214-235, www.jstor.org/stable/3867507?origin=pubexport.
- Global Financial Integrity (2015), *Illicit Financial Flows from Developing Countries: 2004-2013*, relatório elaborado D. Kar e J. Spanjers no Global Financial Integrity, Washington, DC, www.gfintegrity.org/wp-content/uploads/2015/12/IFF-Update_2015-Final-1.pdf.
- Hahn, T. e G. Vidican-Auktor (2017), *The Effectiveness of Morocco's Industrial Policy in Promoting a National Automotive Industry*, Deutsches Institut für Entwicklungspolitik, Bona.
- Hausmann, R. e C. Hidalgo (2011), "The network structure of economic output", *Journal of Economic Growth*, Vol. 16/4, pp. 309-342.
- Hausmann, R., L. Pritchett e D. Rodrik (2005), "Growth accelerations", *Journal of Economic Growth*, Vol. 10/4, pp. 303-329, <https://doi.org/10.1007/s10887-005-4712-0>.
- Kaplinsky, R. e M. Morris (2002), *A Handbook for Value Chain Research*, Institute of Development Studies, University of Sussex, Brighton, www.ids.ac.uk/ids/global/pdfs/VchNov01.pdf.
- Kingombe, C. e D.W. te Velde (2013), "Structural transformation and employment creation: The role of growth facilitation policies in sub-Saharan Africa", documento de referência para o *World Development Report 2013*, <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.862.567&rep=rep1&type=pdf>.
- Klinger, B. e D. Lederman (2004), "Discovery and development: An empirical exploration of 'new' products", *World Bank Policy Research Working Paper*, No. 3450, <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/14187>.
- Kowalski, P. et al. (2015), "Participation of developing countries in global value chains: Implications for trade and trade-related policies", *OECD Trade Policy Papers*, No. 179, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5js331fw0xxn-en>.
- Lopez Gonzalez, J. (2016), "Using foreign factors to enhance domestic export performance: A focus on Southeast Asia", *OECD Trade Policy Papers*, No. 191, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/5jlpq82v1jxw-en>.
- Moller, L.C. E.K. Wacker (2017), "Explaining Ethiopia's growth acceleration: The role of infrastructure and macroeconomic policy", *World Development*, Vol. 96, pp. 198-215, <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.03.007>.
- Morris, M. e J. Barnes (2009), "Globalization, the changed global dynamics of the clothing and textile value chains and the impact on sub-Saharan Africa", *Working Paper No. 10*, UNIDO Research and Statistics Branch, UNIDO, Viena.
- Nguyen, H.T.M. e M.A. Véganzonès-Varoudakis (2017), "Investment climate, outward orientation and manufacturing firm productivity: New empirical evidence", *Études et Documents*, N°17, CERDI, <http://cerdi.org/uploads/ed/2017/2017.17.pdf>.
- Nin-Pratt, A. (2015), "Inputs, productivity, and agricultural growth in Africa South of the Sahara", *Discussion Paper 1432*, Washington, DC, International Food Policy Research Institute, <http://ebrary.ifpri.org/cdm/ref/collection/p15738coll2/id/129095>.
- OCDE (2018), *Making Blended Finance Work for the Sustainable Development Goals*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264288768-en>.
- OCDE (2017a), *Examen multidimensionnel du Maroc : Volume 1. Évaluation initiale, Les voies de développement*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264274945-fr>.
- OCDE (2017b), *OECD Economic Surveys: South Africa 2017*, Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/eco_surveys-zaf-2017-en.
- OCDE (2016), *Examen multidimensionnel de la Côte d'Ivoire : Volume 2. Analyse approfondie et recommandations, Les voies de développement*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264251670-fr>.
- OCDE (2015), *Policy Framework for Investment, 2015 Edition*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264208667-en>.
- OCDE (2013a), *Interconnected Economies: Benefiting from Global Value Chains*, Publicações OCDE, Paris, dx.doi.org/10.1787/9789264189560-en.
- OCDE (2013b), *Identification and Monitoring of Potentially Under-aided Countries*, OECD, Paris, www.oecd.org/dac/aid-architecture/Identification%20and%20Monitoring%20of%20Potentially%20Under-Aided%20Countries.pdf.
- OCDE/BAD/ECA/PNUD (2011), *African Economic Outlook 2011: Africa and its Emerging Partners*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/aeo-2011-en>.

- OCDE-CAD (2017), *International Development Statistics* (base de dados), Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE, www.oecd.org/dac/stats/idsonline.htm.
- OCDE/Banco Mundial (2015), “Inclusive global value chains: Policy options in trade and complementary areas for GVC Integration by small and medium enterprises and low-income developing countries”, relatório preparado para entrega na Reunião dos Ministros do Comércio do G20, Istambul, 6 de outubro de 2015, www.oecd.org/trade/OECD-WBG-g20-gvc-report-2015.pdf.
- OCDE/OMC (2017), *Aid for Trade at a Glance 2017: Promoting Trade, Inclusiveness and Connectivity for Sustainable Development*, Organização Mundial do Comércio, Genebra, e Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/aid_glance-2017-en.
- OCDE/OMC (2013), *Aid for Trade at a Glance 2013: Connecting to Value Chains*, Organização Mundial do Comércio, Genebra, e Publicações OCDE, Paris, http://dx.doi.org/10.1787/aid_glance-2013-en.
- OIT (2018), *World Employment and Social Outlook: Trends 2018*, International Labour Organization, Geneva, www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_615594.pdf.
- OIT (2017), *ILOSTAT* (base de dados), www.ilo.org/ilostat/ (consultada em 1 de março de 2018).
- Pierola, M.D., A.M. Fernandes e T. Farole (2017), “The role of imports for exporter performance in Peru”, *The World Economy*, Vol. 41/2, pp. 550-572, doi.org/10.1111/twec.12524.
- PNUD (2017), *Income Inequality Trends in Sub-Saharan Africa: Divergence, Determinants, and Consequences*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, www.africa.undp.org/content/rba/en/home/library/reports/income-inequality-trends-in-sub-saharan-africa-divergence--dete.html.
- PNUD (2016), *Africa Human Development Report 2016: Accelerating Gender Equality and Women's Empowerment in Africa*, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, www.undp.org/content/undp/en/home/librarypage/hdr/2016-africa-human-development-report.html.
- Porter, M. (1990), “The competitive advantage of nations”, *Harvard Business Review*, <https://hbr.org/1990/03/the-competitive-advantage-of-nations>.
- Rand, J. (2015), *Understanding FDI Spillover Mechanisms*, www.brookings.edu/wp-content/uploads/2015/11/L2CBrief1_FDI-linkages_FINAL.pdf.
- Reardon, T. et al. (2018), “Rapid transformation of food systems in developing regions: Highlighting the role of agricultural research and innovations”, *Agricultural Systems*, <https://doi.org/10.1016/j.agsy.2018.01.022>.
- Reuter, P. (2017), “Illicit financial flows and governance: The importance of disaggregation”, background paper for the *World Development Report 2017*, Grupo do Banco Mundial, Washington, DC, <http://documents.worldbank.org/curated/en/538841487847427218/World-development-report-2017-illicit-financial-flows-and-governance-the-importance-of-disaggregation>.
- Rieländer, J. e B. Traoré (2016), “Explaining diversification in exports across higher manufacturing content: What is the role of commodities?”, *Journal of International Commerce, Economics and Policy*, Vol. 7/02, www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S1793993316500071.
- Rodrik, D. (2017), “An African growth miracle?”, *Journal of African Economies*, Vol. 27/1, pp. 10-27, <https://doi.org/10.1093/jae/ejw027>.
- Siba, E. (2015), “Returns to physical capital in Ethiopia: Comparative analysis of formal and informal firms”, *World Development*, Vol. 68, pp. 215-229.
- The Conference Board (2017), *Total Economy Database*, www.conference-board.org/data/economydatabase/index.cfm?id=27762 (consultado em 1 de fevereiro de 2018).
- Thorbecke, E. e Y. Ouyang (2017), “Is the structure of growth different in sub-Saharan Africa?”, *Journal of African Economies*, Vol. 27/1, pp. 66-91, <https://doi.org/10.1093/jae/ejw032>.
- UNDESA (2017), *World Population Prospects: The 2017 Revision* (base de dados), <https://esa.un.org/unpd/wpp/> (consultada em 1 de fevereiro de 2018).
- Wall, R. (2016), “State of foreign direct investment to African cities”, *OECD Development Centre Background Papers for the African Economic Outlook 2016*.
- Zalk, N. (2012), “South African post-apartheid policies towards industrialization: Tentative implications for other African countries”, in *Good Growth and Governance in Africa: Rethinking Development Strategies*, pp. 345, Oxford University Press, <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199698561.003.0012>.



From:
Africa's Development Dynamics 2018
Growth, Jobs and Inequalities

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/9789264302501-en>

Please cite this chapter as:

African Union Commission/OECD (2018), "A integração africana na economia global", in *Africa's Development Dynamics 2018: Growth, Jobs and Inequalities*, OECD Publishing, Paris/African Union Commission, Addis Ababa.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264306301-6-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.